



República de Moçambique
Ministério da Economia e Finanças

Cenário Fiscal de Médio Prazo

2017-2019

Maputo, Junho de 2016

LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE GRÁFICOS	6
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	8
I. INTRODUÇÃO	10
II. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS	13
2.1 Economia Internacional	13
2.1.1 Produto Mundial	13
2.1.2 Tendência do Comércio Internacional e de Preços	15
2.1.2.1 Preços e Inflação	15
2.1.2.2 Comércio	17
2.2 Economia Nacional.....	18
2.2.1 Perspectivas Económicas no Médio Prazo	18
2.2.1.1 Produto Interno Bruto (PIB).....	18
2.2.1.2 Inflação.....	20
III. OBJECTIVOS DO GOVERNO E A POLÍTICA FISCAL (PF)	22
3.1 Envelope de Recursos.....	24
3.1.1 Recursos Internos.....	25
3.1.2 Recursos Externos.....	26
3.2 Despesa Total do Estado por Classificação Económica.....	28
3.2.1 Despesas Funcionamento	29
3.2.2 Despesas de Investimento	31
3.3 Mapa de Equilíbrio Orçamental	31
3.4 Medidas de Contenção e Racionalização da Despesa	32
IV. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS.....	34
4.1 Critérios de Afectação de Recursos	35
4.2 Afectação de Recursos para Funcionamento por Âmbito	37
4.3 Afectação de Recursos para Investimento por Âmbito	38
4.4 Afectação de Recursos por Áreas de Concentração Económica	39
4.5 Afectação de Recursos em Áreas Sociais.....	40
V. DÍVIDA PÚBLICA NO MÉDIO PRAZO.....	41
VI. RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2017-2019.....	43
Anexo A: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Central.....	45

Anexo B: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Provincial.....	46
Anexo C: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Distrital	46
Anexo E: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Autárquico	46
Anexo F: Amostra de Projectos Estruturantes previstos no CPI , para 2017	47
Anexo G: Amostra de Projectos Acomodados no CFMP para 2017, nas áreas Económicas e Sociais.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
BTs	Bilhetes de Tesouro
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CN	Contas Nacionais
DEEF	Direcção de Estudos Económicos e Financeiros
DNPO	Direcção Nacional de Planificação e Orçamento
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
DNC	Direcção Nacional de Cooperação
FC	Fundos Comuns
FCA	Fundo de Compensação Autárquico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FED	Reserva Federal dos Estados Unidos de América
FIIA	Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICE	Imposto Sobre o Consumo Específico
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
IRPC	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
INE	Instituto Nacional de Estatística
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MF	Mapa Fiscal
MT	Metical
OE	Orçamento do Estado
OTs	Obrigações do Tesouro
PERPU	Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana
PES	Plano Económico e Social
PF	Política Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Programa Integrado de Investimentos
Pp	Pontos Percentuais

PQG	Programa Quinquenal do Governo
QM	Quadro Macro
REO	Relatório de Execução Orçamental
RIL's	Reservas Internacionais Líquidas
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TIP	Tratamento Intermitente Presuntivo
Ton	Toneladas
USD	Dólar norte-americano
WEO	World Economic Outlook

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento Económico Mundial (%).....	14
Tabela 2: Projecção da Inflação Mundial (variação percentual).....	16
Tabela 3: Projecção do volume do comércio Internacional (variação percentual)	17
Tabela 4: Previsão das Taxas de Crescimento Sectorial (%) 2016-2017.....	19
Tabela 5: Receitas, Despesas e Défice	23
Tabela 6: Envelope de Recursos	25
Tabela 7: Projecção de Recursos Internos.....	26
Tabela 8: Evolução dos Recursos Externos	27
Tabela 9: Fundos Comuns e AGO	27
Tabela 10: Projecção de Recursos Externos Por Área Estratégica	28
Tabela 11: Evolução da Despesa do Estado.....	29
Tabela 12: Evolução das Despesas de Funcionamento.....	30
Tabela 13: Evolução Despesas de Investimento	31
Tabela 14: Mapa de Equilíbrio Orçamental em % do PIB.....	32
Tabela 15: Resumo das Medidas de Contenção e Racionalização da Despesa.....	33
Tabela 16: Recursos Distribuíveis e Não Distribuíveis	34
Tabela 17: Afectação de Recursos para Funcionamento por âmbito	37
Tabela 18: Afectação de Recursos para Investimento por âmbito	38
Tabela 19: Recursos Por Áreas de Concentração Económica.....	40
Tabela 20: Recursos nas Áreas Sociais	40
Tabela 21: Stock da Dívida Pública (USD Mil Milhões).....	42
Tabela 22: Amortização do Capital (Milhões de USD)	43
Tabela 23: Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Previsão do Preço das Principais Mercadorias (USD).....	15
Gráfico 2: Crescimento Económico e Inflação 2014-2019	19
Gráfico 3: Inflação Média -2014-2019.....	21
Gráfico 4: Stock da Dívida Pública em % do PIB	42

RESOLUÇÃO
CONSELHO DE MINISTROS
RESOLUÇÃO Nº /2016
DE ____ DE ____

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação e orçamentação rolante, através do qual são organizadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas com o enfoque para a materialização das grandes linhas do Programa Quinquenal do Governo (PQG).

Havendo necessidade de garantir que o processo de planificação e orçamentação nos anos de 2017 à 2019 tenha no Cenário Fiscal de Médio Prazo um instrumento orientador na afectação de recursos, ao abrigo do n.º 4, do artigo 210, da Constituição da República, determino:

Artigo 1: É aprovado o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2017-2019.

Artigo 2: Na elaboração do Orçamento de Estado de 2017 devem ser observados os limites globais estabelecidos no CFMP 2017-2019, salvo se houver alterações nos pressupostos macroeconómicos.

Artigo 3: Havendo mudanças conjunturais e estruturais nos anos subsequentes, o CFMP será revisto de modo a ajustar-se à nova realidade, e as alterações efectuadas deverão ser tomadas em consideração no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento do Estado (OE).

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos de Julho de 2016

Publique-se

O Primeiro-Ministro
Carlos Agostinho do Rosário

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento rolante de planificação e orçamentação, através do qual são organizadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas com o enfoque para a materialização das grandes linhas do Programa Quinquenal do Governo (PQG).
2. O CFMP 2017-2019 tem como objectivo delinear o contexto económico em que o Orçamento do Estado (OE) para 2017 estará inserido, explicar a Política Fiscal no contexto das perspectivas macro económicas e propor a estrutura de afectação de recursos para os próximos 3 anos.
3. As perspectivas de médio prazo assentam na preservação e manutenção da estabilidade macroeconómica, criação de condições para o aumento e diversificação da base produtiva através de um forte investimento público e privado, maior facilidade de crédito à economia, preservação e manutenção da taxa de inflação abaixo de dois dígitos.
4. A actual conjuntura internacional e nacional condiciona o crescimento económico de médio prazo, impondo grandes desafios e incertezas ao País. Contribuem para esse facto, dentre outros, *(i) a queda contínua dos preços do petróleo e outras matérias-primas, (ii) a valorização do dólar americano face às principais moedas de transacção e (iii) a desaceleração das principais economias emergentes, em particular, a China, Brasil e a Rússia*, que reduzem as expectativas de crescimento mundial para 2016, de 3,5% inicialmente previstos para 3,2%.
 - (i) *Ao nível da África Subsaariana e da SADC* – por um lado, grande parte dos países destas regiões recentem-se da crise do preço das matérias-primas, com destaque para a África do Sul, Angola, Nigéria, e Zâmbia. Por outro lado, países como Malawi e Zimbabwe enfrentam o fenómeno da seca e estiagem afectando em grande medida a produção no sector da agricultura, reduzindo a oferta interna de produtos alimentares. Estes fenómenos poderão conduzir a uma desaceleração do crescimento destas regiões em 2016, sendo que a África Subsaariana prevê-se que alcance 3% e a SADC 3.5%.
 - (ii) *A nível nacional - As mudanças climáticas (secas e estiagem no Sul e algumas regiões do Centro e a cheias no Norte do País), os níveis de endividamento público, os*

choques cambiais sobretudo com relação ao dólar e rand tem estado a influenciar negativamente a dinâmica do crescimento da economia nacional. O impacto destes factores pressionam a revisão em baixa do crescimento da economia para 2016, dos 4.5% previstos no PES rectificativo, para 3.9%.

5. No próximo triénio, a Política Fiscal será conduzida com vista a assegurar a consolidação Fiscal, através da melhoria das fontes de arrecadação de receita interna, racionalização dos gastos públicos e reforma empresarial do Estado, reduzindo o défice fiscal antes de donativos para 8.2% do PIB em 2019.
6. As previsões do envelope de recursos apontam para uma desaceleração das receitas do Estado e uma redução dos recursos externos no médio prazo. Por um lado, esta redução implica um esforço adicional para obtenção de receitas por outras fontes. Por outro lado, o Governo envidará esforços para alcançar a meta de 1% do PIB para o crédito interno, o que poderá dificultar ainda mais a arrecadação da receita potencial que decorra da actividade produtiva.
7. Em termos de despesas, espera-se um aumento das despesas correntes no médio prazo, em contrapartida, para as despesas de investimento perspectiva-se uma redução destas em relação ao programado, devido a insuficiência de recursos explicada por um lado, pela redução dos recursos externos para financiar as despesas orçamentais, com maior incidência para a suspensão do Apoio Geral ao Orçamento (AGO). E, por outro lado, pelo aumento das despesas com a dívida pública que exigem maior esforço financeiro e consequentemente impõem restrições fiscais reduzindo assim, a capacidade do Governo de financiar programas que impulsionam o desenvolvimento do País.
8. Neste contexto, no médio prazo, o Governo irá envidar esforços no sentido de controlar o crescimento anual de todas as componentes de despesa, em concordância com o crescimento projectado da inflação e a garantia da manutenção dos projectos de investimento em curso com enfoque para as áreas de concentração económica, bem como a incorporação de projectos estruturantes prioritários que constam do Plano Integrado de Investimentos (PII) e alinhados ao PQG.

I. INTRODUÇÃO

9. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação e orçamentação rolante de médio prazo, através do qual são organizadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas com o enfoque para a materialização das grandes linhas do Programa Quinquenal do Governo (PQG).
10. Nos termos dos nºs 3 e 4 do Regulamento do SISTAFE, *“o CFMP é um elemento condicionante no processo de elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado. É um instrumento de base na programação e gestão de recursos financeiros cujos objectivos são de apresentar as opções de política económica do Governo no médio prazo, estabelecer a previsão de recursos disponíveis para financiar a despesa pública e estabelecer uma ligação consistente entre os objectivos e prioridades do Governo e o uso de recursos no Orçamento do Estado”*.
11. A actualização anual do CFMP procura reflectir no orçamento e PES às mudanças conjunturais e estruturais em cada exercício económico. O CFMP 2017-2019 subordina-se ao PQG 2015-2019, cujo objectivo central é *“melhorar as condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos.”*
12. Deste modo, o CFMP pretende alcançar uma política fiscal estável, através da afectação criteriosa de recursos por áreas prioritárias e da aplicação mais eficiente e efectiva dos recursos financeiros na prestação de serviços públicos. Em conformidade com estes princípios, os objectivos do CFMP são:
- (i) Promover maior disciplina fiscal e o equilíbrio macroeconómico;
 - (ii) Maior previsibilidade sobre os recursos e suas aplicações prioritárias nos diferentes programas do Governo; e
 - (iii) Maior responsabilização dos decisores e dos gestores pela planificação e orçamentação.
13. A conjuntura internacional continua sendo influenciada pela desaceleração da actividade nas principais economias emergentes (China, Brasil e Rússia), associada a queda dos preços internacionais de petróleo e de outras matérias-primas, e a valorização do dólar

americano face as principais moedas de transacção, aumentando assim os riscos de crescimento global, devido ao aumento das incertezas quanto as expectativas futuras.

14. A nível nacional, o ambiente de incertezas é agravado, por um lado, pelo facto de Moçambique ser um país exportador de matérias-primas, dado que preços nos mercados internacionais continuam em queda. E por outro lado, ser um importador líquido de alimentos, que devido a acentuada depreciação do metical face ao dólar e rand e a subida do preço dos alimentos no mercado internacional tem elevado os custos de transacção e influenciado os preços domésticos. Os efeitos negativos destes movimentos nos preços sobre o comércio e investimento reduzem os níveis de arrecadação de receitas e consequentemente a capacidade de realização das despesas públicas.
15. O panorama nacional requer a adopção de medida de curto e médio prazo que permita priorizar as despesas em função dos recursos disponíveis. A programação da despesa no período entre 2017 à 2019 basea-se na abordagem de planificação e orçamentação por programa¹ na perspectiva de maior descentralização de recursos, visando alcançar os seguintes objectivos do Programa Quinquenal do Governo: (i) desenvolvimento de Infra-estruturas económicas e sociais, (ii) desenvolvimento do capital humano e social e (iii) promoção da produtividade e emprego.
16. Neste contexto, constam como desafios do Governo no PQG (i) a expansão da provisão e melhoria da qualidade dos serviços básicos; (ii) a promoção de um ambiente de negócios favorável para o investimento nacional e estrangeiro; (iii) o estímulo ao empresariado nacional e o reforço da formação técnico-profissional, tendo como finalidade o crescimento económico sustentável e inclusivo, (iv) a criação de mais postos de trabalho e o aumento da produtividade e da renda das famílias rurais e urbanas.
17. Dada a actual conjuntura do País, a taxa de crescimento de 4.5% prevista no PES rectificativo para 2016, foi revista em baixa para uma taxa média anual de 3.9%. Considerando este ajustamento de crescimento nacional, o PIB poderá variar em termos nominais de 694,462 milhões de Meticais em 2016 para cerca de 1,065,559 milhões de Meticais em 2019, o equivalente a uma taxa média de crescimento de 5.7%. A implementação e concretização de empreendimentos estruturantes são fundamentais e determinantes para que estes níveis de crescimento se registem. É igualmente necessário

¹Introduzida no CFMP 2009-2011, cujo objectivo é tornar o processo de orçamentação esteja cada vez mais alinhado e harmonizado com as prioridades definidas pelo PQG, sectores e províncias.

continuar a promover as pequenas e médias empresas, como factor chave para a criação de postos de trabalho e aumento da base tributária.

18. Deste modo, perspectiva-se um aumento das Receitas do Estado de 186.333,5 milhões de Meticais em 2017 para cerca de 253.486 milhões de meticais em 2019, em termos nominais, o correspondente a um crescimento médio real de 24.1%.
19. Em termos de despesa, espera-se um aumento das despesas correntes no médio prazo, em contrapartida, para as despesas de investimento perspectiva-se uma redução das despesas de investimento em relação ao programado, devido a insuficiência de recursos explicada por um lado, pela redução dos recursos externos para financiar as despesas orçamentais, com maior incidência para a suspensão do Apoio Geral ao Orçamento (AGO). E, por outro lado, pelo aumento das despesas com a dívida pública que exigem maior esforço financeiro e consequentemente impõem restrições fiscais reduzindo assim a capacidade do Governo de financiar programas que impulsionam o desenvolvimento do País.
20. Nestes termos, no presente documento serão apresentados o CFMP para o triénio 2017-2019, estruturado em sete capítulos: o primeiro capítulo apresenta a parte introdutória. O segundo capítulo analisa as perspectivas da conjuntura económica internacional, regional e nacional. O terceiro capítulo descreve a política fiscal com base nos objectivos do Governo e analisa as tendências fiscais. O quarto capítulo, aborda os critérios de afectação de recursos. O quinto capítulo analisa a dinâmica da Dívida Pública e seus efeitos possíveis na programação orçamental. O sexto capítulo descreve os potenciais riscos macrofiscais e medidas de mitigação.

II. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS

2.1 Economia Internacional

21. A economia internacional em 2015 foi caracterizada por um abrandamento do ritmo de crescimento económico mundial de 3.1%, comparativamente a 3.4% alcançados em 2014. Conduziram para este facto a (i) *redução do volume do comércio internacional*, (ii) *a desaceleração dos investimentos*, (iii) *queda do preço do petróleo e de outras matérias-primas* e (iv) *declínio dos fluxos de capital para os mercados emergentes e em desenvolvimento*.

2.1.1 Produto Mundial

22. O crescimento global foi menor do que o previsto em 2015, registando uma taxa média anual de 3.1%, contrariando as previsões do FMI de Outubro de 2014 (3.8%) e Janeiro de 2015 (3.5%). Este comportamento foi influenciado pela: (i) *desaceleração da actividade económica na China com impacto sobre os investimentos e o comércio*, (ii) *a queda do preço de combustível e outras matérias-primas*, (iii) *a rigidez gradual da política monetária dos EUA, com o início do processo de elevação da taxa de juros do *Federal Reserve* (FED), que conduziu ao declínio dos fluxos de capital para os mercados emergentes e em desenvolvimento*.

23. O aumento da volatilidade nos mercados financeiros, elevou a instabilidade da economia mundial nos primeiros meses de 2016, tendo conduzido a revisão em baixa da taxa de crescimento situando-se em 3.2% (vide Tabela 1). Esta instabilidade pode ser explicada pelas incertezas quanto ao crescimento económico da China, preço do petróleo registado em queda entre o início do ano e meados de Fevereiro, o bom desempenho da economia norte americana e a perda do ritmo da recuperação da Europa. Não obstante, espera-se que o crescimento mundial de 2016 seja sustentado pelo desempenho esperado das economias dos EUA, Canada, Zona Euro e das economias emergentes.

Tabela 1: Crescimento Económico Mundial (%)

Região/Países	Em Percentagem					
	2014	2015	Projeções			
	2016	2017	2018	2019		
Mundo	3.4	3.1	3.2	3.5	3.6	3.8
Economias Avançadas	1.8	1.9	1.9	2.0	2.0	1.9
Estados Unidos de America	2.4	2.4	2.4	2.5	2.4	2.1
Zona Euro	0.9	1.6	1.5	1.6	1.6	1.6
Japão	0	0.5	0.5	-0.1	0.3	0.7
Reino Unido	2.9	2.2	1.9	2.2	2.2	2.1
Economias em Desenvolvimento e Mercados Emergentes	4.6	4	4.1	4.6	4.8	5
Russia	0.7	-3.7	-1.8	0.8	1.0	1.5
China	7.3	6.9	6.5	6.2	6.0	6.0
India	7.2	7.3	7.5	7.5	7.6	7.7
Brazil	0.1	-3.8	-3.8	0	1.1	2.0
Africa Subsaariana	5	3.4	3	4	4.4	4.5
Nigeria	6.3	2.7	2.3	3.5	3.9	3.7
Angola	4.8	3.0	2.5	2.7	3.2	3.7
SADC	4.9	3.5	3.5	4.1	4.5	4.6
Africa do Sul	1.5	1.3	0.6	1.2	2.1	2.4
Swazilândia	2.5	1.7	0.5	1.1	1.3	1.3
Moçambique*	7.4	6.6	4.5	5.2	6.3	7.3

Fonte: FMI, WEO Abril 2016

*MEF Junho 2016

24. De acordo com o FMI, espera-se que as economias avançadas continuem recuperando de forma moderada e desigual, influenciado pelo benefício da queda dos preços de petróleo e condições financeiras favoráveis, perspectivando-se um crescimento médio de 2% entre 2017-2019.
25. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, espera-se um fraco crescimento de 0.1pp em 2016, comparativamente aos 4% registados em 2015. Contribuirão para este facto a contínua desaceleração do crescimento da China e a permanente recessão do crescimento da Rússia e Brasil. Não obstante, as boas estimativas de expansão da Índia que passou a liderar o crescimento global, apresentando uma perspectiva de crescimento médio de 7.5%, entre 2017 e 2019.
26. As perspectivas de crescimento para África Subsaariana em 2016, apontam para uma desaceleração do crescimento em 0.4pp, relativamente a 2015 (3.4%), situando-se a uma taxa média de 3% 2016. No entanto, a médio prazo a região contribuirá para o crescimento com uma taxa média de 4.3% entre 2017 a 2019, continuando como a segunda região do mundo a contribuir para o crescimento global, depois da região asiática.
27. Relativamente ao conjunto de países da SADC, espera-se que o crescimento se mantenha constante, na ordem de 3.5% relativamente a 2015. Neste grupo de países destaca-se a África do Sul com uma perspectiva de crescimento reduzida para 0.6% em 2016, após ter

crescido 1.3% em 2015. Esta redução deveu-se a preços baixos de exportação, políticas Monetária e Fiscal restritivas assim como, elevada incerteza política (FMI, WEO, Abril 2016).

2.1.2 Tendência do Comércio Internacional e de Preços

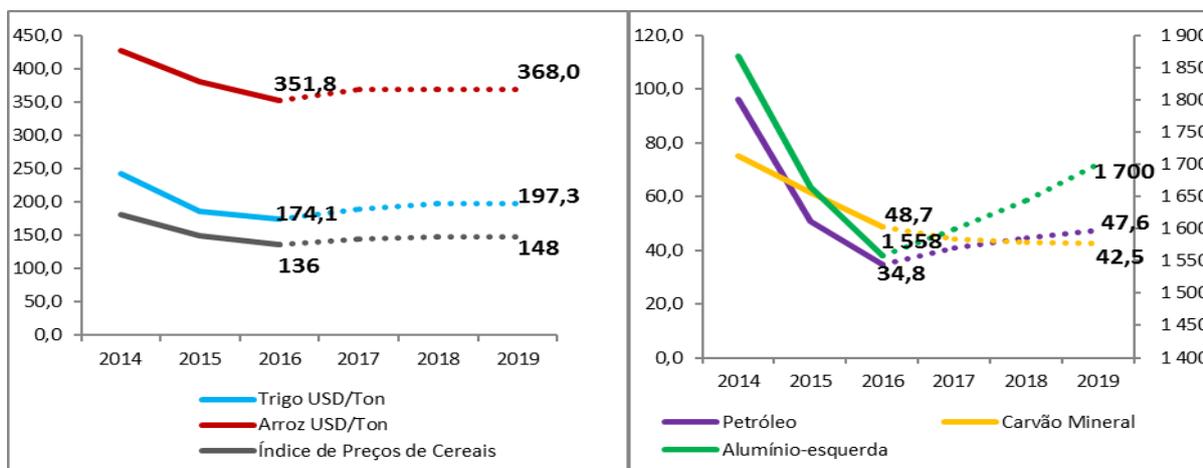
2.1.2.1 Preços e Inflação

28. O FMI havia estimado que os preços das principais mercadorias reduziriam em cerca de 28% entre o terceiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015. Esta redução foi fortemente influenciada pela queda em 38% nos preços da energia eléctrica em resultado da redução do preço do petróleo na ordem de 43%.

29. O Gráfico 1, abaixo, mostra a tendência dos preços de algumas mercadorias seleccionadas², na qual se verifica a queda do preço do carvão mineral, cuja variação média anual será de (-8,5%) entre 2016 e 2019. Relativamente as outras mercadorias perspectiva-se no médio prazo um aumento de preços, com destaque para o trigo (*variação média anual em cerca de 1,7%*), alumínio e petróleo, embora se espera um aumento ligeiro nos preços destes dois últimos.

30. As perspectivas do FMI para o aumento dos preços dos cereais, com destaque para o aumento de preço de arroz de USD/Ton 398,8 para USD/Ton 439 e do trigo de USD/Ton 174,3 em 2016 para USD/Ton 194,9 em 2019. Estas subidas podem ser explicadas pelo excesso da procura sobre a oferta.

Gráfico 1: Previsão do Preço das Principais Mercadorias (USD)



Fonte: FMI, WEO Abril 2016

² Trigo, arroz, petróleo, alumínio e carvão mineral

31. Em relação ao preço do petróleo, os dados do FMI indicaram uma evolução descendente de 2014 para 2015, reflectindo o efeito do aumento das tensões geopolíticas nos países do Médio Oriente, nomeadamente, na Síria e Líbia, que tem gerado incertezas em torno da evolução do preço do petróleo. Deste modo, perspectiva-se a médio prazo uma subida ligeira de 34.8 USD/Baril em 2016 para 47.6 USD/Baril em 2019, o equivalente a um aumento de 12.8 USD em 4 anos.
32. Em relação as projecções sobre a inflação para 2016, o FMI prevê uma inflação média global de 2.8%, conforme a Tabela 3. Nas economias avançadas prevê-se uma inflação de 0.7% em 2016 e uma média de 1.7% entre 2017 e 2019. Este aumento será impulsionado pela recuperação da Zona Euro e do Japão, que registaram períodos de deflação no início do ano, reflectindo principalmente o declínio dos preços do petróleo.
33. As pressões cambiais registaram níveis historicamente altos em 2015, principalmente no último trimestre, o que por um lado, afectou as economias emergentes e em desenvolvimento, sobretudo na África Subsaariana e na SADC, aumentando a inflação anual de forma mais acentuada. E, por outro lado, a inflação nas economias avançadas beneficiou da baixa de preços de produtos energéticos.

Tabela 2: Projecção da Inflação Mundial (variação percentual)

			Projecção			
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mundo	3.2	2.8	2.8	3.0	3.1	3.2
Economias Avançadas	1.4	0.3	0.7	1.5	1.8	1.9
Zona Euro	0.4	-	0.4	1.1	1.3	1.5
Japão	2.7	0.8	(0.2)	1.2	1.0	0.9
Economias em Desenvolvimento e Mercados Emergentes	4.7	4.7	4.5	4.2	4.1	4.0
China	2.0	1.4	1.8	2.0	5.5	5.3
India	5.9	4.9	5.3	5.3	5.7	5.2
Brasil	6.3	9.0	8.7	6.1	7.7	7.2
África Subsaariana	6.4	7.0	9.0	8.3	7.7	7.2
SADC	5.8	5.7	7.7	6.6	5.9	5.6
Moçambique*	2.3	3.6	18.0	15.5	8.0	5.6

Fonte: FMI, WEO Abril 2016

*Banco de Moçambique, 2016

34. O nível de inflação tende a aumentar em muitas economias emergentes, influenciados pelos preços mais baixos de petróleo e outras matérias-primas, incluindo alimentos que apresentam maior peso no IPC destas economias. Mas em alguns países, como o Brasil e a Rússia, a inflação tende a acelerar devido às depreciações cambiais significativas que compensam o efeito da baixa dos preços das *commodities*.

35. Igualmente na região da SADC, a maior parte das economias registam um abrandamento da inflação anual, enquanto as economias como Angola, África do Sul, Zâmbia e Moçambique, enfrentam uma aceleração da inflação, devido a elevada depreciação das suas moedas face ao Dólar norte-americano.

2.1.2.2 Comércio

36. Em termos do comércio internacional, a produção global, em particular de bens e serviços, manteve-se moderada ao longo do ano de 2015. De acordo com o FMI, esta fraqueza é consistente com o nível baixo de investimento em todo mundo, com ênfase na energia e mineração, bem como a desaceleração da manufactura na China.

37. A projecção do volume de transacções de bens e serviços no mercado internacional mostra tendência crescente entre 2016 e 2019, a um ritmo desacelerado. Conforme a Tabela 2, pode se observar que estima-se um crescimento na ordem de 3.1% para 2016 e uma média de 4.1% entre 2017 e 2019.

Tabela 3: Projecção do volume do comércio Internacional (variação percentual)

	Projecções					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mundo						
Volume do Comercio Internacional	3.5	2.8	3.1	3.8	4.1	4.3
Importações	3.6	2.9	3.3	3.9	4.2	4.4
Exportações	3.4	2.8	3.0	3.6	4.0	4.1
Importações						
Economias avançadas	3.5	4.3	3.4	4.1	4.2	4.3
Economias Emergentes e em desenvolvimento	3.7	0.5	3.0	3.7	4.3	4.6
Economias da Africa Subsaariana	6.8	(0.2)	4.8	4.4	4.9	5.2
Economias da SADC	3.9	(2.8)	3.6	3.8	5.3	5.3
Economia Sul Africana	(0.5)	3.1	0.9	1.2	2.3	2.4
Economia Moçambicana	(3.2)	7.6	(0.3)	31.8	30.6	18.1
Exportações						
Economias avançadas	3.5	3.4	2.5	3.5	3.8	3.9
Economias Emergentes e em desenvolvimento	3.1	1.7	3.8	3.9	4.3	4.6
Economia Subsaariana	0.3	5.9	7.8	5.7	5.3	5.0
Economias da SADC	3.0	(0.8)	7.3	6.3	5.8	5.9
Economia Sul Africana	2.6	8.6	2.4	2.9	3.2	3.4
Economia Moçambicana	1.9	1.5	10.2	9.5	13.7	12.2

Fonte: FMI, WEO, Abril 2016

38. Apesar da recuperação dos fluxos de comércio no período pós-crise, a evolução recente mostra sinais de recuperação, acompanhando as incertezas sobre a recuperação económica global. Mais difícil de prever é a evolução futura no preço de *commodities*, que tem sido um

factor decisivo para o bom desempenho comercial de diversos países exportadores de recursos naturais.

39. As economias Emergentes e em Desenvolvimento, destacando a África Subsaariana e a região da SADC, tendem a exportar mais do que importar entre 2016 e 2017, mantendo-se constante entre 2018 e 2019. Enquanto nas economias avançadas a tendência será contrária, prevendo-se um crescimento das importações relativamente maior que as exportações, no mesmo período. Estes fenómenos podem estar a sinalizar os efeitos da queda dos preços das matérias-primas e das variações cambiais, que tem de um modo geral, beneficiado as economias avançadas do que as emergentes.

2.2 Economia Nacional

40. A economia moçambicana registou um abrandamento no seu ritmo de crescimento em 2015, de uma média de 7.3% assinalado nos últimos anos, para 6.6%. Contribuíram para este facto, dentre outros factores, o declínio contínuo do preço de matéria-prima, a redução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a depreciação acentuada do metical face ao Dólar norte-americano e Rand sul-africano, e as condições climatéricas (cheias na região norte e centro, e seca e estiagem na região sul).

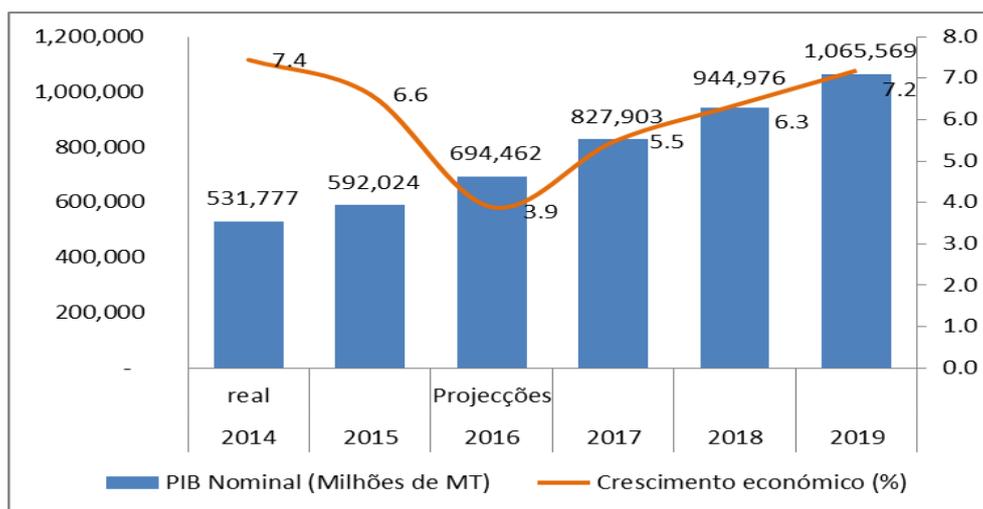
41. Em termos de inflação, verificou-se uma aceleração anual de 1.1% em 2014 para 10,6% em 2015, o que corresponde a uma aceleração de 9,5pp. No entanto, a inflação média anual esteve consistente com os objectivos macroeconómicos para 2015 tendo-se situado em 3,6%.

2.2.1 Perspectivas Económicas no Médio Prazo

2.2.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

42. As perspectivas económicas para o médio prazo são optimistas, não obstante o abrandamento na actividade económica em 2016, situada em 3.9%. Espera-se uma recuperação da economia no médio prazo, com um crescimento médio anual de cerca de 6,3% entre 2017 e 2019, conforme o Gráfico abaixo.

Gráfico 2: Crescimento Económico e Inflação 2014-2019



Fonte: MEF- DEE-QM, CN-INE, 2016

43. Para o ano de 2016, prevê-se uma contínua desaceleração do crescimento económico em cerca de 2,1pp em relação a 2015. A desaceleração económica será influenciada, por um lado, pelo fraco desempenho no crescimento dos sectores da agricultura³ (0.7pp) e, por outro pela redução no crescimento nos sectores da indústria extractiva (-3.9pp), construção (9,2pp), transportes (3.8pp), electricidade e gás (3.5pp), serviços financeiros (2.7pp) e comércio (0.9pp), conforme, ilustra a Tabela 4.

Tabela 4: Previsão das Taxas de Crescimento Sectorial (%) 2016-2017

Crescimento Sectorial (%)	2014	2015	2016	2017
	<i>real</i>		<i>projeções</i>	
Agro-pecuário e silvicultura	3.8	3.1	3.8	5.9
Pesca	2.8	4.5	4.8	4.4
Industria Extractiva	24.6	22.5	13.2	24.0
Indust. Transform.	2.6	8.5	4.3	5.8
Electricidade e Gas	5.3	12.2	8.7	8.9
Agua	2.4	2.2	4.0	4.4
Construção	12.1	12.0	2.8	3.2
Comercio e Serviços de Reparação	9.3	4.4	3.5	4.4
Restaurantes e Hotéis	4.9	8.2	3.1	4.3
Informação e Comunicação	7.6	10.6	8.6	8.7
Transporte e Comunicações	4.0	7.6	2.5	4.3
Serviços Financeiros	15.0	5.9	3.2	3.2
Aluguer de Imóveis e Serviços de Ei	7.7	7.5	1.4	2.3
Administração Pública e Defesa	10.6	14.8	3.0	2.5
Educação	7.6	7.4	2.9	3.3
Saúde	16.7	10.2	5.5	3.6
Outros Serviços	5.0	5.4	2.5	2.6

Fonte: INE, MEF, 2016

³ Inclui Pecuária e Sívicultura

44. A desaceleração no desempenho dos sectores mencionados ajustam-se ao recente desenvolvimento económico no País resultantes de:

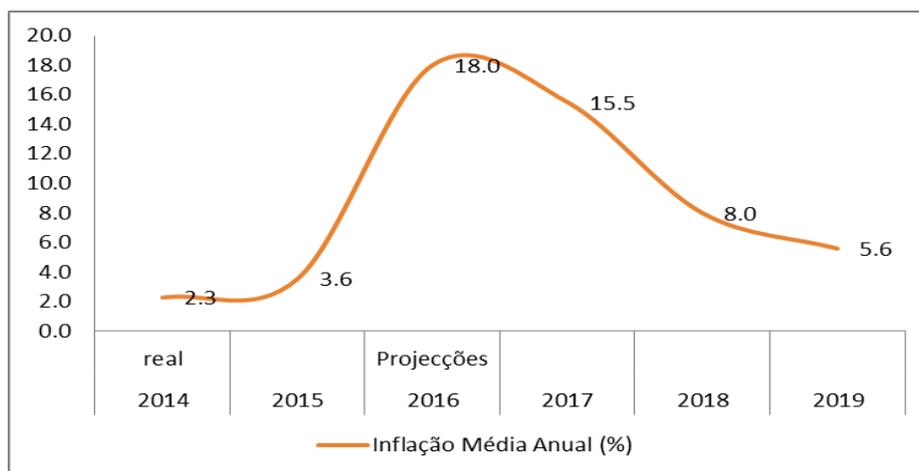
- (i) O efeito da estiagem no princípio do ano que ditou a perda significativa de diversas culturas,
- (ii) A queda dos preços internacionais de produtos minerais desincentivando a expansão da produção dos mesmos;
- (iii) Possíveis atrasos na execução de alguns empreendimentos de vulto;
- (iv) A consolidação fiscal que implicará cortes em várias rubricas de despesas;
- (v) A postura restritiva da política monetária através do aumento das taxas de juro directoras com impacto sobre o crédito ao sector privado; e
- (vi) A tensão Político-Militar.

45. Não obstante a revisão em baixa do crescimento em 2016, no médio prazo espera-se que a economia seja impulsionada pelo desenvolvimento do sector agrário como resultado de aumentos de produtividade e a sua resiliência face aos choques climatéricos, crescimento nos sectores de construção, indústrias extractivas, comércio e transportes.

2.2.1.2 Inflação

46. As perspectivas de preços para 2016 apontam para a continuação de pressões inflacionárias em virtude de, entre outros factores, a baixa na produção e na produtividade agrícola devido a estiagem e a depreciação do Metical face ao Dólar norte-americano e Rand sul-africano. Neste contexto, a inflação média anual foi revista em alta e situar-se-á acima de dois dígitos (18.0%), extravasando o limite de 10% estabelecido no PQG 2015-2019. No entanto, espera-se um abrandamento em 2017, embora situe-se ao nível de dois dígitos (15.5%). Mas entre 2018 e 2019 a inflação média anual tenderá a abrandar para os níveis inicialmente previstos abaixo de dois dígitos.

Gráfico 3: Inflação Média -2014-2019



Fonte: MEF- DEE-QM, Junho 2016 e CN-INE, Maio 2016

47. A deficiência na oferta de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas no mercado doméstico ocasiona o aumento da importação de produtos dos países vizinhos, sobretudo da África do Sul, onde é importado grande parte dos produtos alimentares com peso elevado na variação do Índice do Preço no Consumidor (IPC).
48. Dentre os factores que poderão afectar a taxa de inflação, no período do CFMP 2017-2019, destacam-se:
- (i) A depreciação do metical face ao Rand Sul-Africano, Dólar Norte-Americano e ao Euro, não só sugere o encarecimento das importações, como também constitui um risco para a inflação doméstica (via custos). Deste modo, espera-se que este efeito seja contrabalançado pela queda de preços na África do Sul e na economia mundial;
 - (ii) Quanto ao preço de cereais no mercado internacional, espera-se um aumento do índice de preços de 136 USD para 146 USD entre 2016 e 2019, e que se repasse sobre o IPC doméstico, dado o volume de importações do trigo e arroz que são produtos com peso elevado no IPC;
 - (iii) A desaceleração esperada na produção agrícola devido às cheias na região centro e norte do país, a seca estiagem na região sul e algumas regiões do centro, poderá originar pressões inflacionárias para alguns produtos alimentares; e
 - (iv) O aumento do preço internacional de alimentos, constitui um risco inflacionário, considerando o grande peso dos alimentos nas importações do País.

III. OBJECTIVOS DO GOVERNO E A POLÍTICA FISCAL (PF)

49. A condução da política macroeconómica no médio prazo tem em vista alcançar as prioridades e as estratégias de acção estabelecidas no PQG 2015-2019, com o objectivo central de *“melhorar as condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos”*.
50. A conjuntura macroeconómica, para 2017, aponta para uma recuperação do crescimento da economia nacional, desaceleração dos níveis de inflação, e um crescimento do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro no país. Neste contexto, a PF continuará a prosseguir o objectivo de consolidação fiscal iniciado em 2016 e estará orientada para a sustentabilidade da Despesa Pública e para redução dos riscos fiscais garantido desse modo a correção dos desequilíbrios fiscais.
51. Relativamente a dívida pública, a PF visa a sua manutenção a níveis sustentáveis e através do alargamento da base tributária e a operacionalização de programas de desenvolvimento nacional, com vista a reduzir a dependência externa no médio e longo prazo.
52. Em termos do financiamento do défice, a política prevê que seja coberto pelo financiamento interno e externo com base nos donativos e créditos. Previa-se inicialmente, no PES 2016, reduzir o défice orçamental antes dos donativos em 10.2% do PIB, comparativamente aos 7.6% de 2015. Com a revisão da taxa de crescimento para 3.9%, espera-se, para 2016, um aumento do défice para 11.3%, e que reduza para 10.8% em 2017.
53. Para alcançar este objectivo, o governo, vem tentando reduzir as suas despesas, entre as medidas adoptadas encontra-se a redução em 30% de bens e serviços e outras despesas com o pessoal em 40%. Além disso, o governo optou por cancelar novos projectos de apoio administrativo (construção e reabilitação de edifícios, apetrechamento). Neste contexto, uma análise do défice orçamental constitui uma ferramenta fundamental para perceber a dinâmica da política fiscal (Tabela 5).

Tabela 5: Receitas, Despesas e Défice

<i>Em Milhões de Metícias</i>	2015	2016	2016	Var. 2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei	Lei Rev.	Lei inicial/revista	Projeção CFMP		
Receita do Estado	155,893.0	176,409.2	165,540.9	-10,868.3	186,333.5	222,103.1	253,486.0
Despesas Totais*	200,480.7	246,070.4	243,358.2	-2,712.2	272,288.7	304,435.9	338,067.1
Défice	(44,587.7)	(69,661.3)	(77,817.3)	-8,156.0	(85,955.2)	(82,332.8)	(84,581.1)
Em % do PIB							
Receita do Estado	26.5%	25.9%	24.1%	-1.8%	23.2%	27.9%	24.7%
Despesas Totais*	34.0%	36.2%	35.4%	-0.7%	33.9%	38.2%	32.9%
Défice	-7.6%	-10.2%	-11.3%	-1.1%	-10.8%	-9.0%	-8.2%

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, 2016

*Não Inclui Empréstimos Líquidos

54. O PQG fixa a meta de crescimento anual da Receita do Estado em 1pp do PIB, contudo, a projecção para 2016 foi revista em baixa, indicando uma redução da receita em 1.8pp do PIB, o que pode ser justificado pelos seguintes factores:

- (i) Desaceleração do crescimento económico e o aumento nos preços reduzindo o nível de transacções domésticas e a arrecadação dos impostos sobre rendimentos e bens e serviços;
- (ii) Desvalorização do metical face as principais moedas de comércio externo que desestimula os níveis de importação afectando a arrecadação de receitas sob o comércio externo; e
- (iii) Redução dos preços internacionais das matérias-primas que afectou os níveis de rendimento e produção dos grandes projectos e consequentemente a arrecadação de receitas sobre a produção e rendimentos dos mesmos.

55. Deste modo, a redução do Défice Físcal constituirá um desafio, para o comportamento da Despesa Pública, não obstante as projecções da Receitas do Estado no médio Prazo indicarem um aumento em termos nominais, mas em termos reais tende a reduzir na ordem de 0.9pp em 2017, relativamente a 2016.

3.1 Envelope de Recursos

56. O envelope de recursos é composto por recursos internos (receitas fiscais e não fiscais e crédito interno) e recursos externos (donativos e créditos externos). As perspectivas de médio prazo do envelope de recursos tomam em consideração a dinâmica macroeconómica nacional e internacional.
57. A projecção de médio prazo do volume de recursos é visualizada no Mapa Fiscal e toma como pressupostos, a taxa de crescimento económico e taxa de inflação e seus efeitos na arrecadação de receitas internas. Para a compilação das receitas externas toma-se como base a sistematização de informação dos compromissos assumidos pelos parceiros de cooperação multilateral e bilateral.
58. Em função da actual situação económica nacional e internacional, a projecção dos recursos tomou como base na actual perspectiva de crescimento do produto interno bruto, revista em baixa pela segunda vez, de 4.5% para 3.9% em 2016. Igualmente, a inflação sofreu uma revisão em alta, de 16.7% e tendo-se situado em 18%. Estas actualizações, reflectem os recentes desenvolvimentos macroeconómicos que poderão reduzir consideravelmente o espaço fiscal através da queda nas receitas interna e externa e por conseguinte a necessidade de maior racionalização da despesa pública.
59. As expectativas para os próximos anos, poderão ter reflexos no envelope de recursos internos e externos, o que pode influenciar nos níveis de despesas programados para o triénio 2017-2019.
60. O Governo estabeleceu no PES 2016, a meta fiscal para arrecadação da Receita do Estado em 25,9% do PIB equivalentes a 176.409,2 milhões de meticais, tendo sido revista em baixa para 24.1% (equivalente a 165.540.9 milhões de meticais), conforme a Tabela 6 abaixo. Esta tabela mostra a projecção dos recursos internos e externos para o Orçamento do Estado 2017-2019.
61. As projecções de Médio prazo indicam que os recursos totais vão crescer de 272.288,7 milhões de meticais em 2017 para 338.061,1 milhões em 2019, registando um crescimento médio na ordem de 33,4% do PIB.

Tabela 6: Envelope de Recursos

<i>Em Milhões de Meticias</i>	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projecção CFMP		
Total de Envelope de Recursos	214,702.3	243,358.1	272,288.7	304,435.9	338,067.1
Recursos Internos	165,025.2	187,315.0	207,436.3	231,012.4	263,127.2
<i>% do PIB</i>	28.0%	27.3%	25.8%	25.4%	25.6%
<i>% do Total de Recursos</i>	76.9%	77.0%	76.2%	75.9%	77.8%
Receitas do Estado	155,892.9	165,540.9	186,333.5	222,103.1	253,486.0
<i>% do PIB</i>	26.5%	24.1%	23.2%	24.4%	24.7%
Crédito Interno	9,132.3	21,767.7	21,102.8	8,909.2	9,641.1
<i>% do PIB</i>	1.5%	3.2%	2.6%	1.0%	0.9%
Recursos Externos	49,677.1	56,043.1	64,852.4	73,423.5	74,939.9
<i>Em % PIB</i>	8.4%	8.2%	8.1%	8.1%	7.3%
<i>Em % do Total de Recursos</i>	23.1%	23.0%	23.8%	24.1%	22.2%
Donativo Externo	18,677.5	18,192.7	14,047.6	27,750.5	29,257.4
<i>% do PIB</i>	3.2%	2.6%	1.7%	3.1%	2.9%
Crédito Externo	30,999.6	37,850.4	50,804.8	45,673.0	45,682.5
<i>% do PIB</i>	5.3%	5.5%	6.3%	5.0%	4.5%

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, 2016

62. Em termos de Receita do Estado prevê-se um crescimento de forma desacelerada em termos reais, passando de 23.2% em 2017 para 24.7% em 2019. Quanto aos Donativos espera-se um aumento de 1.7% em 2017 para 2.9% em 2019, o que o que poderá contribuir para a redução do crédito externo entre 2018e 2019. Dado que existe a preocupação do governo em manter a o crédito interno em torno de 1% do PIB, perspectiva-se que este crédito aumente dos actuais 5.5% do PIB em 2016 para 6.3% do PIB em 2017, e que no final do periodo do CFMP alcance os 4.5%.

3.1.1 Recursos Internos

63. A perspectiva inicial da arrecadação das Receitas do Estado, para 2016 situava-se em 176.409,2 milhões de Meticais, tendo sido revista em baixa para 165.540,9 milhões de meticais, o equivalente a uma redução de 1,8pp do PIB. Esta situação é explicada pelo abrandamento da actividade económica do País, reflectindo a baixa de produção e produtividade agricola (devido a seca, estiagem e cheias), a redução do volume de importações (dado a depreciação do Metical face ao Dólar Americano e Rand Sul Africano), e a redução dos fluxos do Investimento Directo Estrangeiro.

64. Para 2017, preve-se que a Receita do Estado sofra uma redução em termos reais comparativamente a 2016, situando-se em torno de 23,2%. As projecções do Médio Prazo indicam uma variação das Receitas do estado em 0.2pp do PIB entre 2017 e 2019, e uma redução de 0.7pp do crédito interno no mesmo periodo, conforme ilustrado na Tabela 7.

65. No conjunto das Receitas Internas as Receitas Fiscais continuam a constituir o maior peso, espera-se um aumento em termos nominais de 144.450,3 milhões de Meticais em 2016, para 155.556,8 milhões de Meticias em 2017, sendo que em termos reais registar-se-à uma redução de 1.7pp do PIB em 2017. Esta redução reflecte a queda na arrecadação dos impostos sobre o rendimento (-1,4pp) e valor acrescentado (-0.4pp).

Tabela 7: Projecção de Recursos Internos

<i>Em Milhões de Meticias</i>	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projecção CFMP			CGE	Lei Rev.	Projecção CFMP		
1. Receitas fiscais	129,657.1	144,450.3	155,556.8	188,440.2	216,766.6	22.0%	21.0%	19.4%	20.7%	21.1%
<i>Impostos sobre Rendimentos</i>	57,919.1	64,595.9	64,232.2	78,849.3	88,338.5	9.8%	9.4%	8.0%	8.7%	8.6%
<i>Impostos sobre Bens e Serviços</i>	67,036.1	74,466.5	83,544.0	100,492.3	117,135.7	11.4%	10.8%	10.4%	11.0%	11.4%
<i>Imposto s/ Valor Acrescentado</i>	46,553.1	48,404.0	50,413.8	60,009.5	68,833.6	7.9%	7.0%	6.3%	6.6%	6.7%
<i>Imposto s/ Comércio Externo</i>	12,643.5	13,918.0	16,939.9	19,746.4	23,664.4	2.1%	2.0%	2.1%	2.2%	2.3%
<i>Outros Impostos</i>	4,701.9	5,387.9	16,939.9	9,098.5	11,292.3	0.8%	0.8%	2.1%	1.0%	1.1%
2. Receitas não fiscais	6,171.0	5,089.3	9,436.5	8,278.8	9,212.6	1.0%	0.7%	1.2%	0.9%	0.9%
3. Receitas consignadas	11,157.8	8,034.0	10,331.3	15,467.5	16,451.8	1.9%	1.2%	1.3%	1.7%	1.6%
4. Receitas Próprias	5,810.4	4,779.9	7,822.5	8,278.8	9,412.6	1.0%	0.7%	1.0%	0.9%	0.9%
5. Receitas de Capital	3,096.6	3,187.4	3,186.4	1,637.7	1,642.5	0.5%	0.5%	0.4%	0.2%	0.2%
6. Total Receitas Correntes (1+2+3+4)	152,796.3	162,353.5	183,147.1	220,465.4	251,843.5	25.9%	23.6%	22.8%	24.2%	24.5%
7. Total Receita do Estado (5+6)	155,892.9	165,540.9	186,333.5	222,103.1	253,486.0	26.5%	24.1%	23.2%	24.4%	24.7%
8. Credito Interno	7,477.0	21,767.7	21,102.8	8,909.2	9,641.1	1.3%	3.2%	2.6%	1.0%	0.9%
10. Total Recursos Internos (7+8)	163,369.9	187,308.6	207,436.3	231,012.4	263,127.2	27.7%	27.3%	25.8%	25.4%	25.6%

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, 2016

66. Não obstante, os recentes acontecimentos, prevê-se uma recuperação dos níveis de arrecadação de receitas resultantes de esforços no domínio da manutenção da estabilidade macroeconómica, manutenção dos níveis de eficiência da administração fiscal, continuidade na implementação de reformas de política tributária e de modernização da administração e de procedimentos na cobrança de receitas e criação de incentivos que irão continuar a estimular a iniciativa privada no aumento da produção e produtividade.

3.1.2 Recursos Externos

67. Os recursos externos apresentam-se sob a forma de créditos e donativos. Os donativos vêm sob forma de apoio directo ao orçamento, financiamento a projectos e a fundos comuns sectoriais. A previsão dos recursos externos para 2016, indicava um volume no valor de 62,041.6 milhões de meticais, o correspondente a 9.1% do PIB. No entanto, os níveis de endividamento público do país conduziram os parceiros de cooperação a suspenderem os seus

desembolsos de donativos para 2016. Deste modo, os recursos externos ficaram reduzidos e ajustados para 56,043.1 milhões de meticais, o equivalente em termos reais a 8.1%.

68. Para 2017, espera-se que a suspensão prevaleça, com destaque para o Apoio Geral ao Orçamento que não se preve qualquer desembolso. Deste modo, projecta-se um aumento dos recursos externos em termos de PIB 2,9pp. A Tabela 10 abaixo mostra que as modalidades de apoio através de donativos (Apoio ao Orçamento e Projectos de Investimentos) vão reduzir-se no médio prazo. Isto implica que o Governo deverá aumentar os recursos internos para manter os níveis das despesas de investimento.

69. Devido a redução dos donativos prevê-se um aumento do crédito externo por forma a continuar o financiamento dos projectos de investimento. Este aumento no crédito é susceptível de ter um impacto sobre outras formas de empréstimos não concessionais.

Tabela 8: Evolução dos Recursos Externos

<i>Em Milhões de Meticias</i>	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP			CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP		
						Em % PIB				
1. Donativos	18,677.5	18,192.7	14,047.6	27,750.5	29,257.4	3.2%	2.6%	2.4%	4.7%	5.0%
<i>Projectos de Investimento</i>	5,638.8	8,811.5	9,175.6	7,278.8	8,212.6	1.0%	1.3%	1.6%	1.2%	1.4%
<i>Programas Especiais</i>	5,614.9	9,325.7	4,872.0	13,647.8	14,372.0	1.0%	1.3%	0.8%	2.3%	2.4%
<i>Contravalores (Apoio ao Orçamen</i>	7,423.8	55.5	-	6,823.9	6,672.7	1.3%	0.0%	0.0%	1.2%	1.1%
2. Crédito Externo	30,999.6	37,850.4	50,804.8	45,673.0	45,682.5	5.3%	5.5%	8.6%	7.8%	7.8%
<i>Projectos de Investimento</i>	23,252.9	29,007.4	38,300.0	31,844.9	34,390.2	3.9%	4.2%	6.5%	5.4%	5.8%
<i>Contravalores</i>	7,746.7	8,843.0	12,504.8	13,828.1	11,292.3	1.3%	1.3%	2.1%	2.3%	1.9%
<i>Apoio Directo ao Orçamento</i>	4,833.9	943.0	-	3,639.4	3,079.7	0.8%	0.1%	0.0%	0.6%	0.5%
<i>Acordos de Retrocessão</i>	2,912.8	7,900.0	12,504.8	10,188.7	8,212.6	0.5%	1.1%	2.1%	1.7%	1.4%
3. Total Recursos Externos	49,677.1	56,043.1	64,852.4	73,423.5	74,939.9	8.4%	8.1%	11.0%	12.5%	12.7%

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, 2016

70. Esta tendência dos recursos externos no médio prazo implicará maior concentração de esforços do Governo e mudanças na política fiscal no sentido de aumentar recursos internos para manter os níveis das despesas de investimento sustentáveis no médio prazo.

71. No que concerne aos Fundos Comuns e AGO, os parceiros de Apoio Programático não reportaram as suas intenções relativamente aos compromissos de financiamento, quer para o AGO quer para o FC, para o período do cenário 2017 à 2019 (Vide Tabela 9).

Tabela 9: Fundos Comuns e AGO

<i>Tipo de Ajuda</i>	2015	2016	2017	2018	2019
	REO	Lei Rev.	Projeção CFMP		
Apoio Geral ao Orçamento (AGO)	7,351.3	55.5	-	6,823.9	6,672.7
Fundos Comuns (FC)	11,278.7	9,325.7	4,872.0	13,647.8	14,372.0
Total	18,630.1	9,381.2	4,872.0	20,471.7	21,044.8

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, 2016

72. Na tabela abaixo são reportados os recursos externos por área estratégica em 2016. Do total dos recursos por afectar, cerca de 42% são para a área de educação, 31% para a saúde, 6% para a agricultura e o remanescente para as restantes áreas.

Tabela 10: Projectão de Recursos Externos Por Área Estratégica

FUNDO COMUN / SECTOR	M ilhões de M eticais			
	2013	2014	2015	2016
Agricultura	415,772.93	236,700.00	1,956,583.20	312,993.00
Tribunal Administrativo ATA	112,581.24	164,175.00	87,516.00	12,417.00
Educação FASE	3,019,414.50	3,672,012.50	2,429,885.00	2,279,766.00
Saúde PROSAUDE	87,976.03	2,573,007.00	1,750,108.00	1,669,427.00
Água e Saneamento PRONASAR	313,755.90	221,775.00	71,430.00	216,385.00
Ação Social INAS	155,771.28	159,305.00	184,364.00	70,375.00
Autoridade Tributária ATA	2,040.03	218,540.00	270,660.00	248,676.00
Estatísticas INE	4,150.03	56,953.00	160,405.50	85,023.00
Estradas PRISE	12,265.03	379,755.00	203,660.00	190,419.00
SISTAFE	5,100.03	17,1607.50	186,592.00	169,812.00
Pescas	5,321.71	193,510.00	314,940.00	141,882.00

Fonte: Direcção de Cooperação, Maio 2016

3.2 Despesa Total do Estado por Classificação Económica

73. Dada a actual conjuntura económica nacional com impactona arrecadação de Receitas Internas, redução dos Recursos Externos e incremento do Serviço da Dívida Pública, conduiu a alteração da estrutura da Despesa Pública Prevista para o Exercício de 2016.

74. A perspectiva dos níveis de despesas ajustados para 2016, indicam uma redução de 246,070.5 milhões de meticais para 243,358.2 milhões de meticais, reflectindo uma política fiscal de consolidação, com vista a garantir a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. Houve uma revisão em alta das despesas de funcionamento na ordem de 0.6pp do PIB influenciadas pelo aumento dos encargos com a dívida pública e transferências correntes. Para as despesas de investimento verifica-se uma baixa em cerca de 1.2pp do PIB, devido a redução da componente interna de investimento.

75. Os níveis da despesa no próximo triénio irão reflectir a mudança na política fiscal mencionada no ponto 3.1 que consistem no fortalecimento do controlo do crescimento das despesas correntes e focalização nas despesas que promovem o crescimento económico.

76. A tabela 11 abaixo demonstra um crescimento da despesa total do Estado ao longo do próximo triénio, com a despesa de funcionamento a registar o maior peso em média 18.6% do PIB, comparativamente a despesa de investimento com 10.3% do PIB.

Tabela 11: Evolução da Despesa do Estado

<i>Em Milhões de Metícias</i>	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP		
Total de Despesas	200,490.7	243,358.2	272,288.7	304,435.9	338,067.1
Despesas de Funcionamento*	117,835.7	143,411.5	156,449.9	163,573.2	185,212.6
<i>Em % PIB</i>	19.8%	20.9%	19.5%	18.0%	18.0%
<i>Em % do Total de Despesas</i>	58.8%	58.9%	57.5%	53.7%	54.8%
Despesas de Investimento	64,077.8	76,014.8	80,381.2	96,354.4	104,790.3
<i>Em % PIB</i>	10.8%	11.1%	10.0%	10.6%	10.2%
<i>Em % do Total de Despesas</i>	32.0%	31.2%	29.5%	31.7%	31.0%
Operações Financeiras	18,577.2	23,931.9	35,457.6	44,508.4	48,064.2
<i>Em % PIB</i>	3.1%	3.5%	4.4%	4.9%	4.7%
<i>Em % do Total de Despesas</i>	9.3%	9.8%	13.0%	14.6%	14.2%

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, Julho 2016

* Inclui Encargos Gerais do Estado (E.G.E) e despesas de Capital

77. Entretanto, importa referir que a projecção da despesa para os próximos anos toma em consideração os níveis de execução registados nos anos anteriores, o orçamento de 2016 revisto e a projecção actual, aliado a necessidade de expansão de infra-estruturas e serviços básicos, com o objectivo de assegurar o bem-estar da população.

3.2.1 Despesas Funcionamento

78. Perspectiva-se um crescimento das Despesas de Funcionamento no médio prazo, fixando-se em média em torno de 18.6% do PIB. Dentre estas despesas, destacam-se as despesas com o pessoal, sobre tudo a rubrica de salários e remunerações, que continuarão absorvendo maior percentagem dos recursos destinados às despesas correntes. Este comportamento pode resultar da necessidade de assegurar a contratação de funcionários para os sectores da Saúde, Educação, Agricultura (extensionistas), Polícia e Serviço Cívico, bem como a assegurar a implementação da política salarial.

79. Para os outros sectores prevê-se a implementação da mobilidade de quadros dentro do Aparelho do Estado, em função das necessidades de cada sector.

80. No entanto, para este triénio espera-se que se continue a suspensão *de admissões no Aparelho do Estado, que seja reforçado o controlo do pagamento dos salários* com a implementação e-

Folha e *atualizado o cadastro dos funcionários e agentes do Estado e pensionistas* com base na “Prova de Vida, por forma a conter as despesas com o pessoal.

81. Com estas medidas espera-se alcançar nos próximos anos um nível de despesa com os salários e remunerações em média em torno de 9.0% do PIB, que permitirá reduzir os níveis de despesa com o pessoal dos actuais 9.5% em 2016 para 9.0% em 2017.
82. Relativamente as despesas com bens e serviços de 2017 e 2019, estas representarão em média cerca de 3.4% do PIB, justificado pela necessidade de garantir o funcionamento normal da máquina do Aparelho do Estado.
83. Os Encargos da dívida apresentam uma tendência crescente em 2017 em torno de 1,2pp do PIB relativamente a 2016 (2.2% do PIB), em função da previsão do pagamento de juros provenientes da contratação de empréstimos concessionais, fixando-se em média em torno de 2.5% do PIB no período do cenário.

Tabela 12: Evolução das Despesas de Funcionamento

<i>Em Milhões de Metcias</i>	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP			CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP		
	Em % PIB									
1. Despesa com Pessoal	64,299.3	70,089.1	77,362.8	85,346.0	95,498.0	10.9%	10.1%	9.6%	9.4%	9.3%
<i>dq Salários e Remunerações</i>	60,675.0	66,225.3	73,948.3	81,886.9	91,391.7	10.3%	9.5%	9.2%	9.0%	8.9%
<i>dq Outras Despesas com o Pessoal</i>	3,624.3	3,863.8	3,414.5	3,459.1	4,106.3	0.6%	0.6%	0.4%	0.4%	0.4%
2. Bens e Serviços	22,512.0	24,804.2	27,147.0	30,025.2	34,903.5	3.8%	3.6%	3.4%	3.3%	3.4%
3. Encargos da Dívida (juros)	7,621.9	15,122.3	26,937.9	18,758.3	20,846.0	1.3%	2.2%	3.4%	2.1%	2.0%
4. Transferências Correntes	19,860.1	21,346.4	20,721.1	22,164.9	24,725.9	3.4%	3.1%	2.6%	2.4%	2.4%
<i>dq Pensões</i>	10,301.0	9,359.2	10,652.3	12,738.0	14,372.0	1.7%	1.3%	1.3%	1.4%	1.4%
5. Subsídios	2,213.2	942.1	2,697.0	4,549.3	6,159.4	0.4%	0.1%	0.3%	0.5%	0.6%
<i>dq Preços</i>	864.8	0.0	2,176.0	2,729.6	4,106.3	0.1%	0.0%	0.3%	0.3%	0.4%
<i>dq Empresas</i>	1,348.4	942.1	521.0	1,819.7	2,053.1	0.2%	0.1%	0.1%	0.2%	0.2%
6. Outras Despesas Correntes	770.8	10,543.9	1,233.6	1,819.7	2,053.1	0.1%	1.5%	0.2%	0.2%	0.2%
7. Exercícios Findos	158.1	90.7	125.0	282.1	318.2	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
8. Despesas de Capital	400.3	472.8	225.5	627.8	708.3	0.1%	0.1%	0.0%	0.1%	0.1%
9. Despesas Correntes (1+2+3+4+5+6+7)	117,435.4	142,938.7	156,224.4	162,945.4	184,504.3	19.9%	20.6%	19.5%	17.9%	18.0%
10. Total de Despesas Funcionamento (8+9)	117,835.7	143,411.5	156,449.9	163,573.2	185,212.6	20.0%	20.6%	19.5%	18.0%	18.0%
11. Operações Financeiras	18,577.2	23,931.9	35,457.6	44,508.4	48,064.2	3.2%	3.4%	4.4%	4.9%	4.7%
12. Total de Despesas Funcionamento (incl. Op. Fin.)	136,412.9	167,343.4	191,907.5	208,081.5	233,276.8	23.1%	24.1%	23.9%	22.9%	22.7%

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, 2016

84. As despesas com as transferências correntes apresentam uma tendência crescente no médio prazo situando-se em média em cerca de 2.5%, com destaque para as pensões que apresentam maior peso, espera-se que mantenha na ordem de 1.3% do PIB constante relativamente a 2016.

3.2.2 Despesas de Investimento

85. As despesas de investimento registam uma desaceleração em 2017, situando-se em torno de 10,0% do PIB, comparativamente a 10,9% do PIB em 2016. Este comportamento pode ser influenciado pela suspensão de financiamento externo em face da retirada de alguns financiadores de apoio a projectos nacionais.

Tabela 13: Evolução Despesas de Investimento

<i>Em Milhões de Metcias</i>	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP		
Total de Despesas de Investimento	64,077.8	76,014.8	80,381.2	96,354.4	104,790.3
Componente Interna	42,677.4	28,870.3	28,033.6	42,582.8	47,815.4
<i>Em % PIB</i>	7.2%	4.2%	3.5%	4.7%	4.7%
<i>Em % do Total de Despesas</i>	66.6%	38.0%	34.9%	44.2%	45.6%
Componente Externa	21,400.4	47,144.5	52,347.6	53,771.5	56,974.9
<i>Em % PIB</i>	3.6%	6.8%	6.5%	5.9%	5.6%
<i>Em % do Total de Despesas</i>	33.4%	62.0%	65.1%	55.8%	54.4%

Fonte: DNPO-Mapa Fiscal, 2016

86. Perspectiva-se para o próximo triénio um crescimento do investimento interno impulsionado pela realização de investimentos estruturantes, e outros projectos sectoriais das áreas de concentração económica⁴ com impacto no aumento do emprego, redução dos níveis de desequilíbrios regionais e incremento do rendimento nacional.

87. Não obstante, em 2017 preve-se uma redução dos investimentos na componente interna na ordem de 0.7 pp do PIB. Podendo ser influenciada pela actual mudança na estrutura de despesa pública, com reflexos negativos sobre os investimentos internos.

3.3 Mapa de Equilíbrio Orçamental

88. O Equilíbrio Orçamental é necessário para salvaguardar a estabilidade macroeconómica por forma a assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas. Na tabela 15 são apresentados o balanço entre o total dos recursos e das despesas.

⁴ Agricultura, Energia, Infra-estrutura e Turismo.

Tabela 14: Mapa de Equilíbrio Orçamental em % do PIB

<i>Em % do PIB</i>	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP		
Total de Recursos	36.4%	35.0%	33.9%	33.5%	32.9%
Recursos Internos	28.0%	27.0%	25.8%	25.4%	25.6%
Receita do Estado	26.5%	23.8%	23.2%	24.4%	24.7%
Credito Interno	1.5%	3.1%	2.6%	1.0%	0.9%
Recursos Externos	8.4%	8.1%	8.1%	8.1%	7.3%
Donativos	3.2%	2.6%	1.7%	3.1%	2.9%
Credito Externo	5.3%	5.5%	6.3%	5.0%	4.5%
Total de Despesas incl. Ope. Financ.	34.0%	35.0%	33.9%	33.5%	32.9%
Despesas Correntes	20.0%	20.7%	19.5%	18.0%	18.0%
Despesas de Investimento	10.9%	10.9%	10.0%	10.6%	10.2%
Investimento Interno	7.2%	4.2%	3.5%	5.9%	5.6%
Investimento externo	3.6%	6.8%	6.5%	4.7%	4.7%
Operações Financeiras	3.2%	3.4%	4.4%	4.9%	4.7%

Fonte: DNPO, Mapa Fiscal, 2016

89. Espera-se que os recursos totais apresentem uma tendência decrescente em 2017 para 33.9% relativamente a 2016 (35% do PIB). Este comportamento pode se explicado pelas perspectivas redução dos recursos internos, derivados da queda da Receitas do Estado em 0.6pp do PIB e do crédito interno em 0.5pp do PIB. E, igualmente pela redução dos recursos externos, sobre tudo, os donativos em 0.9% pp. O valor total dos recursos abrange todas as despesas sectoriais e territoriais de funcionamento, investimento e operações financeiras do Estado, incluindo os Encargos Gerais do Estado.

3.4 Medidas de Contenção e Racionalização da Despesa

90. A desaceleração da economia impõem desafios na arrecadação das receitas do Estado internas para 2016, o que pode ser agravado pela actual situação de suspensão do Apoio Geral ao Orçamento por parte dos Parceiros de Cooperação Internacional, com impacto directo sobre a despesa pública.

91. Tendo em conta as tendências actuais de redução nas perspectivas de cobrança da receita e do Apoio Geral ao Orçamento serão adoptadas medidas de contenção e racionalização da despesa no curto e no médio e longo prazos, que iniciam ainda neste presente ano de 2016.

Tabela 15: Resumo das Medidas de Contenção e Racionalização da Despesa

Medidas de Curto Prazo	Medidas Estruturais de Médio e Longo Prazo
<p>Cancelar algumas de actividades/projectos regulares de reabilitação, apetrechamento e/ou construção de edifícios e casas protocolares; edifícios do Governo instituições do Governo e casas de hóspedes;</p>	<p>Rever o código e benefícios fiscais, dando primazia às áreas estratégicas;</p>
<p>Cancelamento de projectos com mais de 5 anos de existência.</p>	<p>Seleccionar infraestruturas chaves que ligam os centros de produção e de consumo para fazer intervenções de emergência;</p>
<p>Cancelamento de novos projectos inscritos no Programa do Governo Apoio institucional Administrativo;</p>	<p>Focalizar a implementação de medidas e a mobilização de recursos para a dinamização das 4 áreas de concentração (Agricultura, Energia, Infraestruturas e turismo);</p>
<p>Não realizar admissões e privilegiar a reorientação de quadros dentro do aparelho do Estado;</p>	<p>Ceder parte das participações do Estado nas empresas em que a estratégia do Governo aponta para a sua retirada;</p>
<p>Observar a contenção das rubricas de Combustíveis, Lubrificantes e de Comunicações;</p>	<p>Reforçar as acções tendentes a melhoria do ambiente de negócios, visando a atracção de novos investimentos privados;</p>
<p>Restringir a realização de seminários, <i>workshops</i> e reuniões nacionais às estritamente necessárias;</p>	<p>Rever o código do imposto sobre consumo específico, agravando os impostos na importação de viaturas com mais de 5anos, tabaco e outros bens de luxo;</p>
<p>Não utilizar a Componente Interna de Investimento para financiar despesas de funcionamento;</p>	<p>Estabelecer a obrigatoriedade de licença de importação para mercadorias de valor comercial superior a USD 2000;</p>
<p>Congelamento da criação de novas instituições ou unidades orgânicas</p>	<p>Introduzir uma taxa para os bens (incluindo maquinaria e equipamento) em tregime de importação temporária, com agravamentos anuais sucessivos;</p>
<p>Suspender a libertação de cativos e concessões de reforços orçamentais.</p>	<p>Recionalizar regalias e subsídios no Aparelho do Estado (dirigentes e quadros no activo e na reforma) e nos institutos, fundos e Empresas Públicas;</p>
<p>Adiar a aprovação de novos projectos de construção de edifícios públicos,</p>	<p>Rever o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado;</p>
	<p>Rever a Lei dos Institutos e Fundos Públicos.</p>

Fonte: MEF-DNPO, 2016

IV. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS

92. A afectação de recursos para a realização das despesas no triénio 2017-2019, será orientada tendo em vista assegurar maior sustentabilidade orçamental a médio e longo prazos, e garantir a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo, a correcção gradual dos desequilíbrios estruturais da balança de transacções correntes e a mitigação das flutuações cíclicas induzidas por choques externos tais como a volatilidade dos preços dos produtos primários e o crescimento lento da procura mundial.
93. Para o efeito estabeleceram-se, entre outras, as seguintes prioridades de intervenção: (i) Desenvolvimento do Capital Humano e Social, (ii) Promoção do Emprego, Produtividade e Competitividade, (iii) Desenvolvimento de Infra-estruturas Económicas e Sociais, e (iv) Promover a estabilidade política.
94. Com base na tabela abaixo pode-se verificar o envelope de recursos disponível para afectação às despesas orçamentais.

Tabela 16: Recursos Distribuíveis e Não Distribuíveis

<i>Em Milhões de Metícias</i>	2015	2016	2017	2018	2019
	CGE	Lei Rev.	Projeção CFMP		
Total de Recursos Disponível	177,282.9	188,313.5	207,436.3	241,475.7	272,879.6
Total de Despesas Inc. Oper. Financeiras	200,490.7	243,358.2	272,288.7	304,435.9	338,067.1
Défi ce	(23,207.8)	(55,044.7)	(64,852.4)	(62,960.2)	(65,187.4)
Despesa Não Distribuível	49,201.3	59,475.4	74,189.8	89,185.1	97,580.7
% do PIB	8.3%	8.7%	9.2%	9.8%	9.5%
% da Despesa Total	24.5%	24.4%	27.2%	29.3%	28.9%
Encargos Gerais do Estado Correntes (E.G.E)	49,201.3	57,864.3	70,059.0	86,367.3	94,762.9
Encargos da Dívida	7,621.9	15,122.3	26,937.9	18,758.3	20,846.0
Transferências Correntes	19,860.1	6,239.6	1,015.5	16,343.3	17,448.9
Subsídios	2,213.2	942.1	2,697.0	4,549.3	6,159.4
Bens e Serviços		562.0	511.4	642.4	642.4
Outras Despesas Correntes	770.8	11,065.7	3,446.7	1,283.6	1,283.6
Operações Financeiras	18,577.2	23,841.8	35,450.5	44,508.4	48,064.2
Encargos Gerais do Estado Investimento(E.G.E)		1,611.0	4,130.8	2,817.8	2,817.8
Despesa de Capital		1,611.0	4,130.8	2,817.8	2,817.8
Despesas Distribuível	128,081.6	128,838.1	133,246.6	152,290.6	175,298.9
% do PIB	21.7%	18.8%	16.6%	16.7%	17.1%
% da Despesa Total	63.9%	52.9%	48.9%	50.0%	51.9%

Fonte: DNPO-Mapa Fiscal,2016 e projecções do CFMP 2017-2019

95. Deste modo, o envelope de recursos disponível para 2017 totaliza 206.860,6 milhões de Meticais, dos quais:
- (i) 79,890.9 Milhões de Meticais correspondem as despesas com E.G.E.'s, o equivalentesa 27,9% da Despesa Total; e

- (ii) 126,969.6 Milhões de Meticais destinados às Despesas de Funcionamento (37,8%) e Investimento (6,6%), da Despesa Total.

4.1 Critérios de Afecção de Recursos

96. Depreende-se que em 2017 as Despesas com E.G.E's tendem a crescer, tendo passado de 8.3% em 2016 para 10% do PIB, sendo que a maior rubrica são as despesas com Encargo da Dívida (3% do PIB), Transferências Correntes (2,5% do PIB) e Compromissos Financeiros (3,6% do PIB).
97. Dada a situação de incertezas e desafios que se colocam para o desempenho económico do país, com reflexos sobre a arrecadação de receitas e realização de despesas, surge a necessidade de fortalecer a ligação entre afectação de recursos e os resultados que se pretende alcançar. Deste modo, maximizar os ganhos associados a maior racionalidade e rigor na realização da despesa pública.
98. Estes ganhos serão impulsionados pela promoção de investimentos em áreas com maior efeito multiplicador, com potencial de estimular mudanças visíveis na sustentabilidade da economia e nas condições de vida da população.
99. A afectação dos recursos deu primazia a continuidade da política do Governo em descentralizar e desconcentrar Orçamento do Estado, de forma gradual do nível central ao nível territorial, por forma a permitir que os processos de decisão e implementação de programas de desenvolvimento socioeconómico sejam implementados pelo governo local.
100. A fixação de limites foi com base na abordagem de limites globais para as despesas de bens e serviços e de investimento, visando fundamentalmente reduzir as assimetrias na afectação de recursos *per capita* existentes, bem como alinhar aos desafios que resultam da análise da pobreza territorial.
101. **Para o nível Central**, são fixados limites por sector, obedecendo os critérios de responsabilidade sectorial no quadro dos programas estratégicos, cuja priorização encontra-se definida no PQG 2015-2019.

102. **Para o nível Provincial**, a fixação de limites tomou como base a análise situacional, tendo em conta a População por Província e no Índice Multidimensional da Pobreza por Província, cujos ponderadores são listados:

(i) População: 70%;

(ii) Índice Multidimensional da Pobreza: 30% (Consumo – 30%; Água e Saneamento – 30%; Saúde – 20%; Educação – 20%).

103. **Para o Nível Distrital**, são destinados recursos para componente de investimento nos programas do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) e de Infra-estruturas Distritais, obedecendo os seguintes critérios:

(i) População 35%;

(ii) Superfície 20%;

(iii) Receitas Proprias Distritais 15%;

(iv) Índice Multidimensional da Pobreza 30%.

104. Em termos gerais a afectação de recursos observou fundamentalmente a importância estratégica dos programas no alcance dos objectivos nacionais e das acções que constituem cada programa do PQG, através da abordagem de Planificação e Orçamentação por Programa.

105. A afectação de recursos a nível central, provincial e distrital é feita por forma a assegurar a redução das assimetrias existentes. Para o triénio 2017-2019 os recursos disponíveis para afectação tendem a aumentar a todos os níveis de 126,969.7 para 175,299.8 milhões de meticais em 2019 (vide tabela.18).

106. Em termos gerais, o nível central continua a absorver a maior parte dos recursos, não obstante, a tendência de descentralização e desconcentração para os outros níveis. Verifica-se este comportamento devido a transferência de despesas com universidades e pensões para o nível central.

4.2 Afecção de Recursos para Funcionamento por Âmbito

Tabela 17: Afecção de Recursos para Funcionamento por âmbito

Em Milhões de Meticais	2016	2017	2018	2019
	Lei Rev.	Projecção CFMP		
Âmbito Central				
Sub-total	52,575.0	61,200.3	54,762.0	62,431.3
Despesas com o Pessoal	27,038.8	27,214.7	30,160.5	33,376.4
Salários e Remunerações	24,909.3	26,050.6	27,824.1	31,132.2
Demais Despesas com o Pessoal	2,129.5	1,164.0	2,336.4	2,244.2
Bens e Serviços	16,638.7	20,130.9	20,347.1	23,736.9
Outras	8,897.5	13,854.7	4,254.4	5,318.0
Âmbito Provincial				
Sub-total	25,711.2	24,293.8	24,451.4	27,518.9
Despesas com o Pessoal	16,332.2	16,941.3	18,792.4	20,843.9
Salários e Remunerações	15,162.4	15,681.1	17,637.8	19,734.9
Demais Despesas com o Pessoal	1,169.8	1,260.2	1,154.6	1,109.0
Bens e Serviços	4,751.6	3,903.1	4,781.4	5,578.0
Outras	4,627.4	3,449.4	877.6	1,097.0
Âmbito Distrital				
Sub-total	29,096.0	33,901.0	38,018.6	42,668.9
Despesas com o Pessoal	26,009.9	31,180.4	34,228.7	38,209.0
Salários e Remunerações	25,497.9	30,836.1	33,665.5	37,668.1
Demais Despesas com o Pessoal	512.0	344.2	563.2	540.9
Bens e Serviços	2,716.4	2,495.0	3,327.7	3,882.2
Outras	369.7	225.6	462.2	577.7
Âmbito Autárquico				
FCA	2,169.2	2,312.5	2,386.0	2,624.6
Total	109,551.3	121,707.6	119,618.0	135,243.7

Fonte: DNPO - Lei OE Revista 2016; DEEF - Projecção do CFMP 2017-2019

Não inclui Encargos Gerais do Estado para Funcionamento

107. A maior concentração dos recursos para o funcionamento será absorvida pelo nível central situando-se em todo o triénio variando de 49.897,5 milhões de Meticais em 2017 para 62.431,3 Milhões de Meticais em 2019, explicado pelo facto de: (i) *grande parte da máquina do Estado encontrar-se neste nível* e (ii) da necessidade de contratação aos sectores de Saúde, Educação, Polícia, Agricultura, Serviços Cívicos, Ensino Técnico Profissional e superior, a serem geridos ao nível central.

Projecção de Admissões	2016		2017		2018		2019	
	Projecção do CFMP							
Sectores	Efectivos	Impacto Orçamental	Efectivos	Impacto Orçamental	Efectivos	Impacto Orçamental	Efectivos	Impacto Orçamental
Educação	9,000	1,122	8,306	1,075	7,666	1,030	7,074	987
Saúde	2,019	356	2,019	356	2,019	356	2,019	356
Agricultura	514	124	390	94	296	71	225	54
Polícia e serviços Cívicos	2,200	257	2,200	257	2,200	257	2,200	257
Total	13,733	1,859	12,915	1,782	12,180	1,714	11,518	1,649

4.3 Afecção de Recursos para Investimento por Âmbito

108. A programação dos investimentos tomou como base a abordagem de Planificação e Orçamentação por programas a todos os níveis. Neste âmbito, foram definidos novos Programas do Governo com base nas prioridades e objectivos estratégicos do PQG 2015-2019.

109. Esta abordagem programática permite que as acções de investimento estejam ligadas às prioridades do PQG, a principal referência na planificação de despesas de investimento no triénio 2017-2019. Com efeito, pretende-se que a afectação de recursos priorize investimentos com enfoque no fortalecimento das infra-estruturas socioeconómicas básicas, aumento da produção e produtividade agrária, aumento da disponibilidade de energia, promoção turística (sobretudo de sol e praia), assim como o reforço do programa de protecção social.

110. O contexto económico nacional é influenciado por factores externos e internos, agravado pela retirada de alguns parceiros de Apoio Programático e pela suspensão de desembolsos dos recursos externos que financiam as despesas orçamentais. Esta situação impõe desafios na arrecadação de receitas do Estado e na priorização de despesas de investimento interno.

111. A tabela que se segue visualiza a afectação de recursos para o triénio 2017-2019, para as acções de investimento, em função dos programas e objectivos estratégicos do país.

Tabela 18: Afecção de Recursos para Investimento por âmbito

Em milhões de meticais

Despesas de Investimento por âmbito	2016	2017	2018	2019
	Lei Rev.	«Projeção CFMP»		
Central	17,447.9	16,231.9	23,571.1	28,116.5
Provincial	4,857.5	3,782.8	5,636.2	6,723.1
Distrital	3,645.2	2,581.4	4,330.7	5,165.9
Autarquico	1,273.4	1,306.7	1,400.7	1,540.8
Total	27,224.0	23,902.9	34,938.7	41,546.3

Fonte: DNPO - Lei OE Revista 2016; DEEF - Projeção do CFMP 2017-2019

Não inclui Encargos Gerais do Estado para Investimento

112. Os recursos internos mostram-se insuficientes para fazer face as despesas de investimento, sobretudo para o ano 2017. Para este ano, não se prevê recursos externos para financiar as despesas orçamentais, reduzindo-se as expectativas de realização de investimento interno.

113. Em função da actual conjuntura nacional, o nível de investimento interno foi fixado em 28,870.3 milhões de meticais em 2016, tendo reduzido para 21,503 milhões em 2017. Dado

que não existe AGO em 2017, o valor disponível para a realização do investimento interno, sem os Encargos Gerais do Estado para as despesas de capital, são de 19,890.0 milhões de meticais, sem Autarquias.

4.4 Afecção de Recursos por Áreas de Concentração Económica

114. O PQG 2015-2019 estabelece como prioridades de intervenção, dentre outras: (i) desenvolvimento do capital humano, (ii) a promoção do emprego, produtividade e competitividade, e (iii) o desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais.

115. Neste contexto, foram identificadas 4 áreas de concentração: agricultura, turismo, infraestruturas e energia, consideradas de elevado efeito multiplicador e potencial para estimularem mudanças na economia e nas condições de vida da população.

116. Pretende-se que cada área implemente acções que visem:

(i) Na Agricultura - promover acções para o desenvolvimento do capital humano, emprego, produtividade e competitividade, investigação agrária, transferência de tecnologias, infra-estruturas económicas e sociais, e gestão de recursos naturais.

(ii) Nas Infra-estruturas – expandir infra-estruturas portuárias, ferroviárias, aeroportuárias, estradas e pontes; barragens, e infra-estruturas de água e saneamento. Espera-se que o investimento em infra-estruturas rodoviárias e ferroportuárias constitua uma fonte de emprego massiva, com efeito rápido no rendimento das famílias, que permita a optimização com efeitos multiplicadores nos principais corredores de desenvolvimento em curso no sector agrário e no agro-negócio, no turismo, nas pescas e nos recursos minerais e hidrocarbonetos.

(iii) Em relação a energia – espera-se que aumente a disponibilidade de energia, melhore a qualidade e a regularidade no fornecimento aos consumidores.

(iv) No Turismo – Perspectiva-se o alargamento das oportunidades de emprego através de investimentos orientados para exploração das potencialidades turísticas com base na promoção do desenvolvimento dos destinos turísticos, na facilitação e controle de

movimento turístico, na promoção turística⁵, na formação, na melhoria do ambiente de negócios e atracção de investimentos.

117. Em função dos recursos disponíveis para o investimento interno para o triénio 2017-2019 preve-se alocar em média 23,058.93 milhões de meticais, conforme a tabela abaixo:

Tabela 19: Recursos Por Áreas de Concentração Económica

Em Milhões de Meticais

ÁREAS	2016	2017	2018	2019
	Lei Rev.	Projeção		
AGRICULTURA	11,212.00	9,556.70	10,512.37	11,563.61
INFRAESTRUTURAS	9,633.10	8,588.80	9,447.68	10,392.45
ENERGIA	1,638.30	2,615.30	2,876.83	3,164.51
TURISMO	196.31	131.18	149.29	178.08
Total	22,679.71	20,891.98	22,986.17	25,298.64

Fonte: DNPO - Lei OE Revista 2016; DEEF - Projeção do CFMP 2017-2019

4.5 Afectação de Recursos em Áreas Sociais

118. As despesas sociais visam garantir o desenvolvimento do capital humano através da melhoria da capacidade de prestação de serviços e na formação do capital humano. Com base na tabela 8, pode-se verificar a alocação de recursos para a área social, em especial 2017.

119. Igualmente as despesas de investimento na área social mostram-se exíguos, sobre tudo para 2017. Este cenário mostra que estes sectores não poderão realizar ou parte ou na totalidade das suas acções de investimento (vide Tabela 22).

Tabela 20: Recursos nas Áreas Sociais

(Em Milhões de Meticais)

ÁREAS	2016	2017	2018	2019
	Lei Rev.	Projeção		
Educação	37,798.2	41,084.2	44,655.9	48,538.0
Saúde	15,931.6	20,526.0	26,445.3	34,071.7
Justiça	3,526.8	3,043.6	3,348.0	3,682.8
Acção Social e Trabalho	4,747.6	6,004.9	7,595.2	9,606.6
Total	62,004.2	70,658.7	82,044.3	95,899.1

Fonte: DNPO - Lei OE Revista 2016; DEEF - Projeção do CFMP 2017-2019

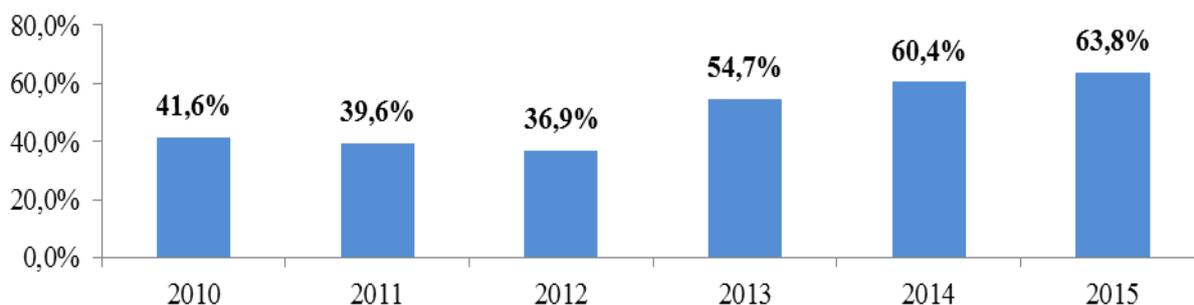
⁵ Turismo de sol e praia combinado com ecoturismo e outros segmentos nomeadamente cruzeiros, eventos e negócios, casinos

120. A área da Saúde apresenta como prioridades a provisão dos cuidados de saúde, controlo e prevenção de doenças. Preve-se a implementação de acções com vista a reduzir a mortalidade materna e neonatal com base no aumento da cobertura de partos institucionais, o reforço no Tratamento Intermitente Presuntivo (TIP) para as mulheres grávidas e distribuição de redes mosquiteiras.
121. A área da Educação visa tirar o aluno de baixo da árvore para a sala de aulas, do chão para carteira, e libertar algumas escolas primárias que neste momento funcionam com o ensino secundário, o que concorre para a melhoria das condições de aprendizagem e da qualidade de ensino e confere maior dignidade aos alunos e professor.
122. A área de acção social e trabalho prevê prestar assistência social às pessoas e agregados familiares em situação de pobreza e de vulnerabilidade, nomeadamente, mulher, criança, pessoa idosa, pessoa com deficiência e pessoas com doenças crónicas e degenerativas.

V. DÍVIDA PÚBLICA NO MÉDIO PRAZO

123. No que concerne à dívida pública, o Governo pretende manter o seu compromisso em garantir a sua manutenção a níveis sustentáveis, sendo que constitui um desafio a médio e longo prazo de reduzir substancialmente a dependência externa, através do alargamento da base tributária, assim como, a operacionalização de programas e projectos de desenvolvimento económico e social, com impacto no incremento das receitas internas.
124. O *stock* da dívida pública registou um crescimento de 41,6% do PIB em 2010 para 63,8% do PIB em 2015, em linha às necessidades de recursos financeiros para colmatar o grande défice de infra-estruturas que o País enfrenta, o equivalente a um aumento de 22,2pp.

Gráfico 4: Stock da Dívida Pública em % do PIB



Fonte: DNT, Maio 2016

125. No que concerne a componente da dívida externa prevê-se que esteja na ordem dos USD 6,5 mil milhões até 2019 e a dívida interna em USD 105 Milhões no mesmo período. Esta tendência do endividamento público revela uma certa vulnerabilidade do país nos próximos três anos dado que a maior parte da dívida pública é externa e denominada em moeda estrangeira, vide a tabela 16 abaixo.

Tabela 21: Stock da Dívida Pública (USD Mil Milhões)

	2015	2016	2017	2017	2018	2019
Divida Externa	9,9	8,7	8,1	7,5	6,9	6,5
Divida Interna	1,8	0,828	0,568	0,328	0,140	0,105
Divida Total	11,6	9,5	8,7	7,8	7,1	6,6

Fonte: DNT, 2016

126. Assim sendo, qualquer apreciação do dólar, implicará num aumento do serviço da dívida externa exigindo um maior esforço financeiro do Governo, com pressão sobre as despesas públicas e sobre os níveis de preços domésticos dado o encarecimento das importações.

127. Em relação a dívida externa não concessional, os juros poderão igualmente exercer pressão sobre as despesas totais através do aumento da proporção dos encargos da dívida.

128. Em termos de amortização do capital da dívida interna, prevê-se que até 2018 as OT's deverão ser substituídas por outros instrumentos⁶ em cerca de 313 milhões de USD em 2016 para cerca de 49 milhões de USD em 2019.

⁶ Construção de edifícios, créditos bancários, reembolsos do IVA, Compensação às gasolinhas.

Tabela 22: Amortização do Capital (Milhões de USD)

	2016	2017	2018	2019
OTs	424,3	250,1	101,1	0,0
BTs	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	313,0	227,1	136,0	49,0

Fonte: DNT, 2016

129. Apesar do stock da dívida pública mostrar uma tendência decrescente no médio prazo, existem riscos no OE associados ao crescimento lento das receitas fiscais para fazer face ao serviço da dívida.

VI. RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2017-2019

130. As projecções de crescimento económico, receitas e despesas públicas do presente CFMP estão susceptíveis a alterações em resultado da dinâmica económica nacional e internacional que pode levar ao ajustamento dos principais pressupostos e a alteração da postura da política fiscal no médio prazo. Neste sentido, é fundamental a avaliação dos potenciais riscos ao presente CFMP, os quais são na maioria de carácter macro fiscal.

131. A tabela abaixo apresenta o resumo dos principais riscos macro fiscais perspectivados para este CFMP.

Tabela 23: Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação

Tipo de Risco	Consequências	Medidas de Mitigação
A. Riscos Económicos		
Queda contínua dos preços das matérias-primas	Queda no volume de exportações e RILs→ depreciação cambial.	(a) Potenciar a produção e exportação de produtos tradicionais e substituição de importações. (b) Adicionar valor aos produtos primários exportados através do processamento dos mesmos.
Fortalecimento das principais moedas estrangeiras	(a) Aumento de custos de transacções comerciais→ depreciação cambial→ inflação→ aumento da despesa total. (b) Depreciação cambial→ Aumento do serviço da dívida→Aumento da despesa total	(a) Criar condições para atrair investimento estrangeiro (b) Aumento das exportações.

Tipo de Risco	Consequências	Medidas de Mitigação
Redução e/ou cancelamento do financiamento externo (donativos e créditos)	Redução/realocação da despesa e queda da despesa de investimento.	(a) Alargar a base tributária para permitir aumentos na despesa em infra-estruturas prioritárias com financiamento interno. (b) Estimular investimentos privados internos. (c) Priorizar investimentos públicos.
Ocorrência das calamidades naturais (seca e estiagem na região sul e algumas regiões do centro; e cheias no norte do País)	(a) Variação do crescimento económico →Queda na receita projectada e necessidade de revisão das despesas e aumento das importações de produtos alimentares.	(a) Criação de um fundo de contingência para reconstrução pós desastres. (b) conter a inflação a níveis baixos (<10%). (c) Identificação das zonas de riscos para reduzir os níveis de impactos.
Sustentabilidade da dívida pública	(a) Redução da capacidade de contratação de nova dívida para projectos com elevado retorno social e económico; (b) aumento dos níveis de serviço da dívida reduzindo o espaço fiscal para o financiamento de sectores prioritários e estratégicos através do OE.	(a) Conter a dívida pública a níveis sustentáveis em função da realidade do País. (b) Contratar novas dívidas somente para projectos com elevado retorno económico e social; (c) Limitar a contratação de dívida comercial com maturidade de curto prazo.
B. Riscos Institucionais		
Gestão das Finanças Públicas	(a) Nível alto da despesa pública em algumas componentes, (b) Fraca eficiência na afectação dos recursos. (c) Fraca arrecadação de receitas.	(a) Continuar a melhoria dos sistemas de gestão de finanças públicas no que concerne a planificação, execução e monitoria. (b) Usar os erros do passado para melhorar os processos futuros.
C. Outros Riscos		
Garantias Governamentais	(a) Aumento do passivo contingente do Governo;	(a) Prover garantias soberanas nos casos de projectos com benefícios económicos e sociais significativos e comprovados (análise custo-benefício); (b) Melhorar a estratégia da dívida definindo os critérios de provisão e simular seus impactos orçamentais (stock da dívida, sustentabilidade e serviço da dívida)
Apoio às Empresas Públicas	Aumento da dívida pública devido a fraca capacidade de solvência das Empresas Públicas e Participadas pelo Estado →redução do espaço fiscal para financiar sectores prioritários e investimento público.	(a) Analisar detalhadamente a situação económica e financeira, e o desempenho das EPs; (b) Rever a estrutura das empresas e analisar a possibilidade de privatização caso a caso. (c) Em caso de não privatização sugere-se que haja uma capacitação em matérias de Gestão Empresarial ao Corpo Administrativo das Empresas.

132. Para um melhor conhecimento da dimensão de impacto dos principais riscos macro fiscais e sistémicos na planificação e orçamentação das actividades do Estado, existe a necessidade de sua quantificação. No entanto, o maior desafio no curto e médio prazo será o da concepção de ferramentas de previsão e gestão de riscos macro fiscais.

ANEXOS

Anexo A: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Central

Valores em 10³ Metcais

SECTORES	Lei Rev. 2016		Limite Indicativo 2017		Limite Indicativo 2018		Limite Indicativo 2019	
	Inv.	Func.	Inv.	Func.	Inv.	Func.	Inv.	Func.
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	100,583.0	2,251,432.0	68,270.5	1,995,912.2	99,138.6	1,785,940.8	118,256.3	2,036,057.9
GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO	138,467.8	333,300.2	138,409.7	335,884.4	200,990.7	300,549.1	239,749.3	342,640.3
ASSEMBLEIA DA REPUBLICA	285,132.7	895,858.8	63,650.0	1,041,975.5	92,428.9	932,358.9	110,252.7	1,062,933.8
CONSELHO CONSTITUCIONAL	4,715.7	74,841.7	4,715.7	52,731.2	6,847.9	47,183.8	8,168.5	53,791.8
TRIBUNAL SUPREMO	38,500.0	135,512.8	21,900.0	127,464.0	31,801.9	114,054.7	37,934.6	130,027.8
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL	3,837.6	40,046.1	3,837.6	36,795.4	5,572.7	32,924.5	6,647.4	37,535.5
GABINETE DO PROVIDOR DA JUSTICA	4,005.4	20,612.3	3,100.0	16,215.6	4,501.6	14,509.7	5,369.7	16,541.8
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	27,924.6	420,472.9	11,200.0	417,908.5	16,264.0	373,944.2	19,400.3	426,314.2
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL ADMINISTRATIVA	7,003.0	19,382.9	6,571.5	16,388.8	9,542.7	14,664.6	11,382.9	16,718.4
PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	51,170.5	255,167.4	29,970.5	210,562.3	43,521.4	188,411.0	51,914.0	214,797.5
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MINISTERIO PUBLICO	3,041.2	18,036.0	2,000.0	18,921.9	2,904.3	16,931.3	3,464.3	19,302.5
MINISTERIO DA DEFESA NACIONAL	517,589.9	6,254,237.7	250,172.7	6,028,789.4	363,286.7	5,394,556.2	433,342.1	6,150,052.2
MINISTERIO DO INTERIOR	325,535.0	9,512,192.7	186,358.8	10,269,270.2	270,619.8	9,188,935.3	322,805.5	10,475,825.9
SERVICO DE INFORMACAO E SEGURANCA DO ESTADO	101,609.1	1,857,925.3	91,609.1	1,807,500.7	133,029.5	1,617,350.3	158,682.6	1,843,856.7
MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS E COOPERACAO	20,144.8	1,948,863.3	37,176.3	2,038,598.0	53,985.4	1,824,135.9	64,395.8	2,079,602.2
MINISTERIO DA JUSTICA E ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS	323,828.6	607,824.2	81,517.6	523,914.0	118,375.3	468,797.8	141,202.5	534,451.9
MINISTERIO DA ADMINISTRACAO ESTATAL E FUNCAO PUBLICA	526,805.8	623,464.5	419,114.5	549,986.7	608,614.5	492,127.7	725,978.4	561,049.1
MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS	1,602,875.1	10,886,030.7	1,210,256.7	16,013,432.7	1,757,466.6	14,328,807.6	2,096,372.7	16,335,526.2
MINISTERIO DO TRABALHO EMPREGO E SEGURANCA SOCIAL	102,537.1	184,257.6	213,560.5	156,110.1	310,120.5	139,687.2	369,923.5	159,250.1
MINISTERIO DA TERRA AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	329,991.4	273,718.6	941,472.8	460,947.2	1,367,153.8	412,455.2	1,630,792.7	470,218.7
MINISTERIO DA AGRICULTURA E SEGURANCA ALIMENTAR	1,668,636.0	630,521.6	1,472,384.6	442,066.1	2,138,114.1	395,560.4	2,550,423.4	450,957.8
MINISTERIO DO MAR, AGUAS INTERIORES E PESCAS	158,737.5	230,116.3	152,742.3	189,654.5	221,803.8	169,702.7	264,575.9	193,469.2
MINISTERIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	505,265.9	874,840.7	1,481,796.0	893,545.6	2,151,780.7	799,543.9	2,566,725.4	911,518.3
MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMERCIO	182,093.2	250,349.9	157,055.0	225,861.6	228,066.4	202,100.8	272,046.3	230,404.6
MINISTERIO DA CULTURA E TURISMO	150,767.5	542,275.8	102,804.9	434,507.2	149,287.4	388,796.7	178,075.7	443,246.9
MINISTERIO DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	321,273.4	1,062,491.1	636,429.3	909,724.1	924,186.8	814,020.4	1,102,405.0	928,022.2
MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS E HABITACAO E RECURSOS HIDRICOS	6,723,423.6	374,394.5	6,095,927.1	299,805.2	8,852,162.1	268,265.4	10,559,194.0	305,835.4
MINISTERIO DA EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	261,546.5	884,863.2	382,730.6	875,047.3	555,779.8	782,991.7	662,955.2	892,648.0
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA, ENSINO SUPERIOR E TECNICO- PROFISSIONAL	911,679.8	3,762,065.6	547,718.9	3,703,924.7	795,366.6	3,314,269.1	948,743.4	3,778,425.3
MINISTERIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS	58,742.1	228,165.4	15,313.5	215,880.9	22,237.5	193,170.1	26,525.7	220,223.1
MINISTERIO DA SAUDE	1,672,248.6	6,912,083.1	1,319,983.0	10,707,648.8	1,916,805.0	9,581,196.1	2,286,437.6	10,923,022.0
MINISTERIO DOS COMBATENTES	299,908.2	71,900.8	76,685.5	63,106.8	111,358.3	56,467.9	132,832.4	64,376.2
MINISTERIO DO GENERO, CRIANCA E ACCAO SOCIAL	18,298.4	137,704.1	5,498.4	120,237.9	7,984.4	107,588.7	9,524.1	122,656.3
TOTAL	17,447,918.9	52,574,949.9	16,231,933.6	61,200,319.3	23,571,100.0	54,762,000.0	28,116,500.0	62,431,300.0

NB: Não Inclui EGEs

Anexo B: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Provincial

Em 10³ Meticais

Provincia	Lei Rev. 2016		Limite Indicativo 2017		Limite Indicativo 2018		Limite Indicativo 2019	
	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.
Niassa	290,324.2	1,769,532.7	208,197.6	1,383,754.7	310,201.1	1,392,730.4	370,021.1	1,567,452.5
Cabo Delgado	379,672.2	1,601,353.4	264,278.9	1,502,611.9	393,758.7	1,512,358.5	469,692.2	1,702,088.4
Nampula	964,918.4	4,004,613.7	850,714.7	4,913,146.4	1,267,510.5	4,945,015.3	1,511,940.7	5,565,382.0
Zambézia	722,356.1	2,656,642.0	570,101.3	2,395,296.6	849,414.5	2,410,833.6	1,013,217.9	2,713,279.8
Tete	428,378.9	2,020,947.8	324,125.8	1,694,610.9	482,926.7	1,705,602.9	576,055.6	1,919,575.8
Manica	248,892.2	1,733,457.4	167,500.5	1,874,143.8	249,565.0	1,886,300.4	297,691.8	2,122,942.3
Sofala	498,056.6	2,817,341.3	387,741.7	2,886,326.4	577,710.4	2,905,048.4	689,117.6	3,269,495.3
Inhambane	264,422.4	1,458,626.0	197,252.3	1,402,450.2	293,893.3	1,411,547.1	350,568.5	1,588,629.9
Gaza	471,185.4	1,829,919.8	371,185.0	1,752,096.7	553,041.9	1,763,461.6	659,692.0	1,984,693.0
Maputo Província	376,959.0	2,365,087.9	278,601.6	1,239,498.0	415,098.6	1,247,537.9	495,147.3	1,404,045.2
Maputo Cidade	212,297.9	3,454,290.1	163,147.4	3,249,883.6	243,079.2	3,270,963.9	289,955.2	3,681,315.9
Total Geral	4,857,463.3	25,711,812.1	3,782,846.8	24,293,819.2	5,636,200.0	24,451,400.0	6,723,100.0	27,518,900.0

NB: Não Inclui EGEs

Anexo C: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Distrital

Em 10³ Meticais

Distritos	Lei Rev. 2016		Limite Indicativo 2017		Limite Indicativo 2018		Limite Indicativo 2019	
	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.
Niassa	315,231.2	1,904,301.9	229,248.7	2,489,645.5	384,596.2	2,792,037.2	458,767.8	3,133,549.3
Cabo Delgado	391,692.7	2,363,470.4	255,455.2	2,427,309.8	428,561.2	2,722,130.3	511,211.6	3,055,091.6
Nampula	623,259.8	4,981,492.8	428,480.5	4,897,960.7	718,835.0	5,492,865.9	857,466.4	6,164,733.7
Zambézia	607,420.6	5,193,508.9	426,369.8	6,133,601.1	715,294.0	6,878,586.9	853,242.5	7,719,951.2
Tete	361,772.0	2,631,848.5	258,452.1	2,846,969.3	433,588.9	3,192,761.5	517,209.0	3,583,288.7
Manica	265,043.6	2,462,668.9	207,712.9	2,936,979.3	348,467.0	3,293,704.1	415,670.9	3,696,578.3
Sofala	260,408.7	2,507,158.2	204,647.4	2,587,616.1	343,324.1	2,901,907.4	409,536.1	3,256,858.4
Inhambane	347,240.6	2,942,630.0	246,032.6	3,633,208.6	412,753.5	4,074,497.3	492,355.3	4,572,875.3
Gaza	286,216.8	2,127,267.8	192,690.6	2,487,232.4	323,265.0	2,789,331.0	385,608.4	3,130,512.1
Maputo Província	186,949.4	1,981,628.4	132,337.9	3,460,470.5	222,015.1	3,880,778.4	264,832.0	4,355,461.5
Total Geral	3,645,235.4	29,095,975.6	2,581,427.4	33,900,993.2	4,330,700.0	38,018,600.0	5,165,900.0	42,668,900.0

Anexo E: Resumo dos limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno por Nível Autárquico

Em 10³ Meticais

Autarquias	Lei Revista 2016		Limite Indicativo 2017		Limite Indicativo 2018		Limite Indicativo 2019	
	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.	Inv.	Fun.
Niassa	79,530.7	112,909.99	79,400.1	121,591.4	85,110.2	125,457.7	93,623.1	138,003.3
Cabo Delgado	74,748.2	117,616.2	74,380.8	106,165.7	79,729.9	109,541.5	87,704.6	120,495.5
Nampula	194,552.9	341,970.1	200,328.8	368,263.4	214,735.5	379,973.2	236,213.6	417,970.1
Zambézia	105,626.8	167,367.6	107,567.9	180,236.1	115,303.7	185,967.2	126,836.5	204,563.7
Tete	68,104.7	83,465.8	67,192.4	89,883.3	72,024.5	92,741.3	79,228.5	102,015.3
Manica	85,917.6	142,491.8	89,097.2	153,447.7	95,504.7	158,326.9	105,057.2	174,159.4
Sofala	166,355.1	280,518.9	169,815.6	302,087.3	182,027.9	311,692.9	200,234.6	342,861.8
Inhambane	97,444.3	138,778.5	101,552.68	149,448.8	108,855.9	154,200.9	119,743.8	169,620.8
Gaza	88,948.9	140,044.9	89,689.5	150,452.6	96,139.5	155,236.6	105,755.5	170,760.1
Maputo Província	151,122.8	259,768.5	155,889.3	277,201.0	167,100.1	286,015.4	183,813.7	314,616.5
Maputo Cidade	161,025.8	384,182.3	171,812.1	413,721.1	184,168.0	426,876.4	202,588.8	469,563.5
Total Geral	1,273,377.7	2,169,114.5	1,306,726.3	2,312,498.2	1,400,700.0	2,386,030.0	1,540,800.0	2,624,630.0

Anexo F: Amostra de Projectos Estruturantes previstos no CPI , para 2017

Nº de Ordem	Nome do Projecto	Actividade	Sector	Valor do Investimento(USD)	Formas de Financiamento	Localização	Emprego Previsto	Situação Actual
1	Africa Great Wall Steel Group Company	Fabrico e montagem de estruturas metálicas de ferro e aço, nomeadamente, barras e fios de construção e tubos de aço, bem como o desenvolvimento de outras actividades complementares.	Indústria	95.000.000	IDE - 95.000.000,00	Localidade de Gueguegue, Posto Administrativo de Boane Sede, Provincia de Maputo.	147	Em Analise
2	Heineken Breweries Moçambique	a construção e exploração de uma fábrica de cerveja da marca Heineken e outras bebidas alcoólicas e não alcoólicas para subsequente comercialização, bem como o desenvolvimento de outras actividades complementares.	Indústria	114.000.000,00	100.000.000,00	Localidade de Marracuene, Distrito de Marracuene, Provincia de Maputo.	200	Em Analise
3	CESOM	instalação e exploração de uma unidade industrial de produção de energia eléctrica com base em painéis solares, bem como o desenvolvimento de outras actividades complementares.	Energia	80.000.000,00	IDE - 5.500.000,00; IDN - 3.500.000,00, Suprimentos - 6.000.000,00; Empréstimos - 58.000.000,00	Localidade de Bive, Posto Administrativo de Mocuba, Distrito de Mocuba, Provincia da Zambézia	330	Em Analise
4	Wepani	Construção de uma vila com habitações, lojas comerciais, centro comercial e um hotel	Habitação	529.156.400,00				
5	Chirodzi Power	instalação e exploração de uma Central Termoeléctrica usando como matéria-prima o carvão térmico, com uma potência instalada de 150mw	Energia	427.000.000	IDE - 31.000.000; Suprimentos - 93.000.000; Empréstimos - 103.000.000	Postos Administrativos de Marara, Distritos de Changara, Provincia de Tete.	2293	En Analise
6	HON SHI MOZAMBIQUE	Instalacao e exploraco de um fabrica de producao de garrafas plasticas.	Indústria	66.700.000,00	IDE - 39.700.000,00; Empréstimos - 27.000.000,00		235	A iniciar

Anexo G: Amostra de Projectos Acomodados no CFMP para 2017, nas áreas Económicas e Sociais

Código	Designação	Investimento		
		Externo	Interno	Total
Agricultura e Desenvolvimento Rural		192.8	1,039.4	1,232.2
AGR-2016-0009	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA UNIFICADO DE EXTENSAO AGRARIA	157.8	101.0	258.7
AGR-2016-0010	APOIO A PRODUCAO AGRICOLA		71.0	71.0
AGR-2016-0011	APOIO A PRODUCAO PECUARIA		58.6	58.6
AGR-2011-0009	PROMOCAO DA SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	35.0	3.6	38.6
AGR-2014-0009	REVITALIZACAO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODAO		61.6	61.6
AGR-2013-0001	TRATAMENTO QUIMICO DE CAJUEIROS		52.5	52.5
AGR-2017-0004	PRODUCAO DE SEMENTES BASICA		9.2	9.2
AGR-2012-0004	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO AGRONEGOCIO		20.4	20.4
AGR-2013-0011	APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		624.2	624.2
AGR-2015-0001	REABILITACAO/CONSTRUCAO DE REGADIOS		37.4	37.4
Recursos Minerais e Energia		0.0	626.8	626.8
MRM-2014-0001	CARTOGRAFIA GEOLOGICA EM AREAS POTENCIAS NA ESCALA DE 1/50 000		2.1	2.1
MRM-2015-0011	PROJECTO DE CONSTRUCAO DE INFRAESTRUTURAS DE GAS E PETROLEO		8.5	8.5
MRM-2015-0012	PROJECTO DE ELECTRIFICACAO DAS VILAS FRONTEIRICAS		20.0	20.0
MRM-2015-0016	PROJECTO DE ELECTRIFICACAO DOS POSTOS ADMINISTRATIVOS E LOCALIDADES		70.0	70.0
MRM-2014-0004	OLIO NA MINERACAO, PROSPECCAO E PESQUISA DAS AREAS DE MINERACAO ARTESAL E DE PEQUENA ESCALA.		218.7	218.7
MRM-2011-0014	ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA.		307.5	307.5
Indústria e Comercio		59.4	32.5	91.9
MIC-2009-0003	PROJECTO DE CONSTRUCAO E REABILITACAO DE SILOS		12.0	12.0
MIC-2013-0005	PLANTAFORMA INTEGRADA DE PRESTACAO DE SEVICOS AO CIDADAO	54.9	15.3	70.2
MIC-2013-0006	PLANO INTEGRADO DE COMERCIALIZACAO AGRICOLA	4.5	5.2	9.7
Transportes e Comunicação		1,303.3	354.9	1,658.2
MTC-2011-0010	REABILITACAO E EXPANSAO DO PORTO DE NACALA	1,303.3	7.5	1,310.8
MTC-2011-0014	CONSTRUCAO E REABILITACAO DAS INFRAESTRUTURAS DE ACOSTAGEM DE MOCAMBIQUE		15.0	15.0
MTC-1996-0003	MANUTENCAO DE CANAIS E AJUDAS A NAVEGACAO		200.4	200.4
MTC-2014-0003	AQUISICAO DE MEIOS DE TRANSPORTES		132.0	132.0
Infraestruturas (Estradas, Águas e Obras Públicas)		4,243.3	472.6	4,715.9
MOP-2008-0005	PROGRAMA NACIONAL DE OBRAS HIDRAULICAS		48.3	48.3
MOP-2010-0029	PROGRAMA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO RURAL (PRONASAR)	316.0	10.9	326.9
MOP-2013-0004	PROJECTO DE ABASTECIMENTO DE AGUA, SANEAMENTO - NAMPULA E ZAMBEZIA	50.0	3.5	53.5
MOP-2013-0011	ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO RURAL PARA CABO DELGADO E GAZA	454.5	3.7	458.2
MOP-2015-0047	REABILITACAO DOS SISTEMAS DE ABASTEC. DE AGUA - PLANALTO DE MUEDA		16.6	16.6
MOP-2016-0006	PROJECTO DE CONSTRUCAO DA BARRAGEM DE NHACANGARA		1.6	1.6
MOP-2016-0014	CONSTRUCAO DE DIQUES DE DEFESA DE PROTECCAO CONTRA AS CHEIAS		16.8	16.8
MOP-2011-0014	REABILITACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA CIDADE DE CHIBUTO		18.6	18.6
MOP-2011-0029	REABILITACAO E EXPANSAO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA URBANA		33.1	33.1
MOP-2015-0024	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA VILA DE ALTO MOLOCUE		19.2	19.2
MOP-2015-0025	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE MASSAGENA		8.4	8.4
MOP-2015-0026	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA A VILA SEDE DE CHIGUBO		33.9	33.9
MOP-2015-0027	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA A VILA DE MABOTE		47.3	47.3
MOP-2015-0028	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE GURO-SEDE		10.5	10.5
MOP-2015-0029	REABILITACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA AO MUNICIPIO DE MILANGE		18.0	18.0
MOP-2015-0030	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA AO MUNICIPIO DE MARROMEU		13.0	13.0
MOP-2015-0031	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA AO MUNICIPIO DE CHIURE		37.0	37.0
MOP-2013-0022	REABILITACAO E CONSTRUCAO DE DIQUES DE DEFESA CONTRA CHEIAS NA REGIAO SUL DO PAIS		25.0	25.0
MOP-2015-0019	PROJECTO E CONSTRUCAO DA BARRAGEM DE MAPAI	70.2	7.2	77.5
MOP-2015-0023	CONSTRUCAO DA BARRAGEM MOAMBA MAJOR	3352.5	100.0	3,452.5
Educação		1,577.6	192.3	1,770.0
MEC-2007-0033	LIVRO ESCOLAR	730.9	0.0	730.9
MEC-2010-0013	REABILITACAO E CONSTRUCAO DE ESCOLAS SECUNDARIAS	421.8	0.0	421.8
MEC-2010-0014	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE ESCOLAS TECNICAS	279.6	0.0	279.6
MEC-2013-0019	AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE CARTEIRAS ESCOLARES		50.6	50.6
MEC-2013-0005	CONSTRUCAO DO CENTRO PROVINCIAL DE EDUCACAO A DISTANCIA (CPED) DE GAZA		30.8	30.8
MEC-1990-0701	DOCENCIA, INVESTIGACAO E EXTENSAO	145.4	70.9	216.3
MCT-2017-0004	CONSTRUCAO DE LABORATORIO NA FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS EM WUANANGO - NIASSA		20.0	20.0
MCT-2017-0011	CONSTRUCAO DE LABORATORIO PARA A FACULDADE DE ENGENHARIAS EM PEMBA - CABO DELGADO		20.0	20.0
Saúde		0.0	942.4	942.4
SAU-2009-0034	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL IV		67.0	67.0
SAU-2009-0035	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL III		106.0	106.0
SAU-2009-0036	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL II		470.0	470.0
SAU-2012-0001	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL I		74.0	74.0
SAU-2012-0026	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO MEDICO CIRURGICO E HOSPITALAR - OI - PROS - DNAM		215.4	215.4
SAU-2013-0014	REABILITACAO DO BLOCO OPERATORIO CENTRAL		10.0	10.0
Total da Amostra		7,376.5	3,661.1	11,037.5